

Veículo: Correio*	
Data: 24/03/2020	

Com pandemia, Bahia pode perder R\$ 1,5 bilhão nos próximos três meses

Redução das atividades econômicas e circulação de pessoas deve fazer estado perder arrecadação de impostos

Hilza Cordeirohilza.cordeiro@redabahia.com.br

24.03.2020, 20:40:00

Atualizado: 24.03.2020, 21:16:14

O fechamento de comércios e a interrupção de serviços em função do novo coronavírus impactará diretamente nos cofres públicos da Bahia. A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** prevê uma perda de R\$ 1,5 bilhão para os meses de abril, maio e junho deste ano.

A interrupção de diversas atividades econômicas deve afetar a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, até o momento, nem o estado e nem a Prefeitura de Salvador sabem qual fatia receberão do repasse emergencial de R\$ 88,2 bilhões anunciado, nesta terça-feira (24), pelo presidente Jair Bolsonaro.

Conforme a Sefaz-BA, o pacote federal ainda depende de leis complementares e medidas provisórias que demandarão tempo para serem redigidas. Quando o recurso cair na conta, o estado afirma que o aplicará no combate à pandemia e seus efeitos socioeconômicos.

Apesar de não ter detalhado especificamente como será gasto, a secretaria diz que a principal necessidade no momento é a montagem de estruturas temporárias para ampliar a capacidade de atendimento de emergência. A pressa do Governo do Estado é, sobretudo, definir primeiramente quanto desse dinheiro irá para a saúde.

Além do recurso prometido pelo presidente, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou também a suspensão, por quatro meses, do parcelamento das dívidas da Bahia com a União. No Twitter, o governador Rui Costa comemorou a decisão. “Com a diminuição da nossa receita por conta do novo coronavírus, ganhamos esse prazo para aplicar mais recursos no combate”, publicou ele na segunda-feira (23). Renegociado nos anos 1990, o débito da Bahia atualmente é de R\$ 5,3 bilhões, relativos a investimentos.

Em 2019, a receita total do estado com ICMS foi de mais de R\$ 24,7 bilhões. A maior parte dessa arrecadação vem do comércio (atacado, varejo e supermercados), que representa 37%, seguida do petróleo (25%) e indústria (20%). Agora, com bares, restaurantes e fábricas com atividades interrompidas, essa receita sofrerá um déficit.

No pacote de Jair Bolsonaro, os R\$ 88 bi serão ofertados aos estados brasileiros através de transferências diretas de recursos e créditos. A maior parte, R\$ 40 bilhões, serão operações de crédito. A União também se comprometeu a transferir R\$ 16 bilhões para os Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Daquele total, R\$ 8 bilhões vão para os fundos de saúde estaduais e municipais e R\$ 2 bilhões para assistência social.

Na noite desta terça, o presidente fez um pronunciamento em rede nacional criticando o trabalho da imprensa e também o de governadores e prefeitos que tentam controlar o avanço do coronavírus nas suas esferas. "Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércios e o confinamento em massa", disse Bolsonaro, contrariando as medidas indicadas por autoridades em saúde em todo o mundo.

Salvador

O pacote divulgado pelo governo federal também contemplará municípios, mas assim como o estado, a Prefeitura de Salvador ainda não sabe quanto receberá. De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), a situação financeira da cidade era de equilíbrio. "Porém, Salvador, assim como qualquer outro município não tem condições de estimar o impacto do efeito coronavírus na arrecadação", afirmou a pasta.

A gestão municipal também tem dívidas com a União que somam R\$ 90 milhões, relativos à parcelamentos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além de dívidas com a Caixa Econômica Federal e BNDES.

Tribuna

“Situação da Bahia é um pouco melhor do que a média nacional”

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O governador Rui Costa (PT) disse, ontem, que o coronavírus tem se espalhado em um ritmo menor na Bahia do que em outros estados. Até a tarde de ontem, 79 pessoas foram contabilizadas como infectadas com o vírus. “A situação da Bahia é um pouco melhor do que a média nacional. A Bahia representa 8% da população do Brasil e nós, graças a Deus, estamos com apenas 3% de todos os casos que ocorreram no Brasil”, declarou o governador, em entrevista à

TV Bahia.

O chefe do Executivo ressaltou ontem ainda que na rede pública não há nenhum caso grave registrado. “Na rede privada, temos três pacientes entubados, mas com informação de que já passaram pelo momento mais difícil e devem, em breve, ser desentubados”, relatou Rui. Em uma postagem nas redes sociais, o governador reclamou da nova decisão judicial que impede a gestão de estadual de medir a temperatura dos passageiros que chegam pelo aeroporto de Salvador.

A Justiça acatou pedido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. “Não consigo

entender a Anvisa, que está nos impedindo de fazer a medição da temperatura das pessoas que chegam à Bahia. A Anvisa entrou na Justiça para barrar nosso trabalho. Acho inadmissível tamanha resistência de uma agência que deveria cuidar das pessoas. Vamos recorrer”, declarou.

Rui tem feitos duras críticas à atuação do governo federal durante a crise. Anteontem, o governador participou de uma reunião com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para tratar do surto de coronavírus. Segundo o petista, ele questionou no encontro a postura da Anvisa e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que medir a tempera-



O GOVERNADOR Rui Costa (PT) disse, ontem, que o coronavírus tem se espalhado em um ritmo menor na Bahia do que em outros estados

tura “não é a solução” para o problema. Em entrevista à CNN Brasil, Rui Costa afirmou ainda que há mudança de comportamento do presidente da República.

“Hoje caiu a ficha, é nítida a mudança de postura do presidente”, afirmou o chefe do Palácio de Ondina. O governador baiano ressaltou a necessidade de uma coordenação nacional entre os governos federal e estaduais, e disse que este é o momento de “colocar diferenças

políticas de lado e colocar vidas humanas em primeiro lugar”.

Rui Costa também tem feito duras críticas à postura do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O petista chegou a dizer que o Bolsonaro “abriu mão de liderar” o país, já o democrata afirmou que o presidente “não teve a postura que o cargo exige”. “Ele não tem uma palavra que busque unir o Brasil em torno de uma solução. Só ataca as insti-

tuições, a imprensa, os governadores. A sociedade está à beira de um colapso e o presidente disparando a metralhadora contra todo mundo”, declarou o governador na semana passada.

Respiradores - Em entrevista à Record TV Itapoan, na manhã de ontem, o governador Rui Costa anunciou a compra conjunta de 600 respiradores de uma indústria chinesa, sendo 400 adquiridos pelo Governo do Estado para a Bahia e 200 pelo Estado do Ceará, com previsão de entrega já no dia 13 de abril, para utilizar nas unidades de campanha, no tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19.

Durante a participação, Rui agradeceu ainda à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), que comprou 100 respiradores para doar ao Estado da Bahia. No total, afirma o governador, “nós teremos 500 respiradores no estado e isto vai ajudar a equipar nossas unidades. Estamos dedicando o Couto Maia exclusivamente para isto e ainda queremos montar uma estrutura externa para acrescentar mais leitos. Dentro de 15 dias, o Hospital Espanhol deve estar em funcionamento também”.

RIVALIDADE DE LADO

Rui e Neto se unem para combater coronavírus



ACM NETO disse que vai “acelerar o máximo todas as inaugurações possíveis” devido ao coronavírus

Desde a semana passada o governador da Bahia, Rui Costa (PT), e o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), decidiram esquecer a rivalidade e têm se unido para combater o coronavírus. A doença tem crescido no estado, mas em um ritmo menor do que esperado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). Os gestores têm antecipado inaugurações de unidades básicas de saúde na capital baiana para que desafoguem os hospitais a fim de que sejam usados para o tratamento de pacientes com a Covid-19.

Ontem, eles entregaram juntos a Unidade de Saúde da Família (USF) de San Martin III. O equipamento, que tem capacidade para 460 por dia, foi construído

pelo governo e será gerido pelo município. Anteontem, Rui Costa e ACM Neto inauguraram a Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro do Imbuí. “Iremos acelerar o máximo todas as inaugurações possíveis, porque as unidades básicas nos dão suporte a todos os desafios que nós teremos nos próximos meses de enfrentamento ao coronavírus”, disse o prefeito na ocasião.

Antes das inaugurações, o prefeito e governador tinham se reunido na última sexta-feira na Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia (ALBA), para traçar ações em conjunto. O governo da Bahia liberou o sistema que monitora o número de casos de coronavírus para a prefeitura de Salvador. As admi-

nistrações têm preparado vários equipamentos para atender eventuais pacientes com coronavírus. Entre eles, o Hospital Espanhol, o Centro de Convenções, Fazendão, Wel'n Wild e o Hospital Santa Clara.

O secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, disse ainda que vai antecipar as inaugurações do Hospital Metropolitano e do novo Clériston Andrade para ajudar no combate ao coronavírus. Segundo ele, a intenção é que pessoas infectadas no interior sejam tratadas na capital. “A expectativa é que essas pessoas todas sejam trazidas para Salvador para que a gente possa concentrá-los no Hospital Couto Maia e nos outros hospitais. Nós queremos fazer com que esses

pacientes não contaminem outros hospitais e outros profissionais de Saúde”, declarou, em entrevista à Tribuna, que foi publicada na última segunda-feira.

O titular da Sesab afirmou ainda que não acredita em colapso da rede estadual de saúde. “Eu não acredito. Nós nos preparamos com muita antecedência. Tem 60 dias que estou trabalhando nisso. (...) Preparamos um plano de continência hospitalar para preparar a chegada de casos. (...) E nós já temos todos os hospitais mapeados para absorver a próxima onda de internação. Estamos preparando outros hospitais para absorver eventuais necessidades mesmo que não venham a ser afetadas”, ressaltou. (RDS)

FÁBIO BITTENCOURT

Mais medidas econômicas, que ajudem as empresas e as pessoas a atravessarem este momento de crise, e o próprio combate à pandemia do coronavírus; menos paralisa da economia. Em resumo, este é o apelo que fazem empresários baianos, representantes do setor produtivo

e especialistas ouvidos por A TARDE, um dia antes de a prefeitura de Salvador ampliar o cerco ao comércio de rua e determinar, pelo prazo de 15 dias, desta vez o fechamento de casas de show e espetáculo, boates, danceterias, salões de dança, casas de festa e evento, clínicas de estética e salões de beleza.

Nesse mesmo período, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência só vão poder operar com entregas (delivery). Preocupado, o presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio da Bahia (Sindilojas), Paulo Motta, diz que 80% do segmento já fechou e que, por lógica, nem faz sentido que o restante (20%) siga aberto. Ele conta que já há falta de circulação de dinheiro na cidade, queixa-se da não ordenação de princípios (decretos) entre as diferentes esferas e fala que o esvaziamento das ruas já provoca uma onda de arrombamentos de estabelecimentos pais afora.

Sem deixar de defender o enfrentamento à Covid-19, ele diz que "tudo está tomando uma gravidade exponencial". "Muito confuso, há muitos decretos, alguns

conflituosos, parece uma competição (entre governos). Não há unidade de pensamento. É a economia que gera qualidade de vida às pessoas, e ela está em frangalhos. Quem tem dinheiro não quer gastar. Falta articulação (política). É preciso encontrar mecanismo que faça a economia funcionar, senão os efeitos (da pandemia) serão até piores".

Bancos

Com o objetivo de fazer um apelo junto ao setor financeiro, o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Bahia (Fecomércio), Carlos de Souza Andrade, reuniu-se ontem, via videoconferência, com representantes dos quatro principais bancos oficiais no estado: Banco do Brasil, do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Desembahia. Segundo Andrade, a ideia foi pedir que, de alguma forma, as instituições invistam recursos na "guerra" (contra o coronavírus).

"Que criem linhas de crédito compatíveis com a taxa

COVID-19 Empresários pedem mais ações que socorram os empreendimentos do estado

SETOR PRODUTIVO BAIANO COBRA MEDIDAS EMERGENCIAIS



Lojas permaneceram fechadas na Avenida Manoel Dias da Silva, uma das principais ruas de comércio de Salvador

Selic, que apliquem em serviço, saúde, na qualificação da mão de obra; que ajudem a preservar os empregos. Já foram fechados shoppings, lojas, indústrias. Não se vende mais. Estamos fazendo um apelo de que nos deem um meio de sobreviver à crise. Dia 5 vem aí, todo mundo precisa de dinheiro. Pagar fornecedor, aluguel, imposto, funcionário. Justamente quando estávamos começando a dar um voo raso, estamos voltando à fase recessiva do final de 2019".

Juntamente com a Fecomércio e a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeab), a Federação das Indústrias do Estado (Fieb) lançou ontem uma carta aberta aos prefeitos na qual pede que sejam mantidos em operação serviços e estabelecimentos essenciais para o abastecimento mínimo – como os segmentos de alimentos, bebidas, saúde e higiene. Isso, além de excluir restrições à área logística, permitir o funciona-

mento de pequenas e médias indústrias, e o pequeno varejo das cidades.

"É uma crise drástica do ponto de vista da economia. Basicamente defendemos o apoio às empresas e a manutenção dos empregos, e a transferência de renda para pessoas e trabalhadores em condição de vulnerabilidade", diz o superintendente da Fieb, Vladson Menezes.

Líder empresarial, conselheira estadual da Câmara da Mulher Empresária nos municípios, Rosemma Maluf diz que o momento pede "espírito de solidariedade, perseverança e fé". "Primeiro cuidar do ser, da saúde, pois é uma fase de muita angústia, insegurança. Depois é buscar avaliações concretas. Rever e renegociar contratos, de forma que não se quebre o elo da cadeia".

"As principais dicas são evitar a proliferação da doença, controlar o caixa e negociar todo o possível", diz o diretor técnico do Sebrae, Franklin Santos.

Lojistas de shoppings ficam isentos do pagamento de aluguel

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Os lojistas de shopping centers ficarão isentos do pagamento de aluguel durante o período em que os estabelecimentos estiverem fechados em razão da pandemia de coronavírus.

Essa foi uma das decisões tomadas após negociações entre a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) e a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca). A medida favorecerá especialmente os pequenos empresários.

"A gente percebe que o momento é de integração, de união. É a nossa compreensão é que, enquanto você tem as lojas fechadas, não tem cabimento fazer uma cobrança", disse ontem o

presidente da Alshop, Nabil Sahyoun.

O representante dos lojistas afirmou entender o lado dos shoppings, porque todos vão ter prejuízo com essa situação do mercado. Por outro lado, disse que se trata de uma situação igual para todo mundo. "Uns com mais prejuízo, outros com menos, mas vamos tentar superar esse momento com muita tranquilidade e todos se ajudando".

Negociação

Na conversa que teve com a Abrasca, foi decidido que o pagamento do aluguel do mês de março seria discutido posteriormente e efetuado de maneira negociada.

Segundo Nabil Sahyoun, em relação aos aluguéis fu-

turos, enquanto o shopping estiver fechado, o entendimento de alguns grupos de proprietários de shopping é no sentido de discutir o caso depois. "Alguns grupos estão abrindo mão e não cobrando aluguel", completou.

Em relação à despesa com condomínio e fundo de promoção, Sahyoun afirmou que cada shopping tem um caso diferenciado. Sobre o fundo de promoção, será dado desconto que varia entre 70% e 100%. Para a cobrança do condomínio da loja, será mantido o rateio das despesas.

A Alshop criou um canal de atendimento por e-mail (contato@alshop.com.br) para esclarecer dúvidas dos lojistas, com o suporte de profissionais de diversas áreas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 24 de Março de 2020 - 18:40

Estado investe R\$ 3,2 milhões e entrega UBS de San Martin; gestão será feita pela prefeitura

Foi inaugurada nesta manhã (24) a nova Unidade Básica de Saúde (UBS) de San Martin. O equipamento contou com investimento de R\$ 3,2 milhões, feito pelo governo estadual, e será administrada pela prefeitura da capital. Ação contou com a presença do governador Rui Costa (PT) e do prefeito ACM Neto (DEM), além dos secretários de Saúde Léo Prates e Fábio Villas Boas. A unidade não atenderá pacientes com o novo coronavírus. Nos próximos dias, o Estado entregará a UBS de Itapuã.

Ocupando uma área de 560 metros quadrados, a UBS vai dispor de até três equipes de Saúde da Família. Os usuários vão ter acesso facilitado a atendimentos básicos em especialidades como ginecologia, clínica geral, enfermagem e odontologia. Vacinação e exames como raio-X também integram os serviços ofertados.

"Ontem, nós inauguramos uma unidade no Imbuí, e hoje fazemos a entrega de mais uma UBS em Salvador, agora no bairro de San Martin. Esse equipamento comporta até quatro equipes da saúde da família, para atender a população. O objetivo é fortalecer a atenção básica nesse momento de crise da saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus no mundo inteiro. Por isso a importância dessas unidades básicas, que dão suporte e atendem os casos não relacionados à doença, desafogando os equipamentos que estão sendo utilizados para esta finalidade", explicou o governador.

O prefeito falou sobre a parceria com o Estado: "Esse é um trabalho em conjunto, onde o Governo construiu essa unidade e, a partir de hoje, a Prefeitura coloca para funcionar com três equipes da saúde da família e três equipes de saúde bucal. A ampliação das unidades básicas reforça todo o trabalho de retaguarda e apoio que a Prefeitura e o Governo vêm fazendo ao coronavírus, afinal de contas é fundamental, nesse momento, que as pessoas tenham nas UBS uma porta de entrada na saúde pública e não as UPAs e os hospitais, que estão focados, prioritariamente, ao enfrentamento da nova doença", destacou.

Ocupando uma área de 560 metros quadrados, a UBS vai dispor de até três equipes de Saúde da Família. Os usuários vão ter acesso facilitado a atendimentos básicos em especialidades como ginecologia, clínica geral, enfermagem e odontologia. Vacinação e exames como raio-X também integram os serviços ofertados.

ACADEMIA DE SAÚDE

Parte do projeto, uma Academia da Saúde montada na lateral da UBS vai possibilitar que a população participe de atividades como ginástica, capoeira, jogos esportivos e populares, yoga e tai chi chuan. Práticas artísticas, a exemplo do teatro, música, pintura e artesanato, bem como ações de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar também devem integrar a programação do local. Vale salientar que a comunidade só vai utilizar a academia após o período de quarentena.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 24 de Março de 2020 - 21:40

Fieb, Fecomércio e Faeb solicitam manutenção de serviços básicos a prefeitos baianos

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia e a Federação do Comércio da Bahia pediram aos prefeitos da Bahia que as medidas restritivas não impeçam o setor produtivo, tocado por pequenos e médios empresários, de funcionar, já que estes são essências para garantir o abastecimento de alimentos, bebidas, produtos e higiene e limpeza.

Em carta, os presidentes das federações levaram em conta o enfrentamento ao coronavírus, e que a série de medidas para reduzir a disseminação da Covid-19 entre os municípios brasileiros são importantes. Mas que as medidas restritivas não impeçam o setor produtivo, sobretudo o tocado por pequenos e médios empresários, de funcionar, já que estes são essências para garantir o abastecimento de alimentos, bebidas, produtos e higiene e limpeza.

Porém, preocupados com a manutenção de serviços e estabelecimentos essenciais, os dirigentes da FIEB, Fecomércio e FAEB solicitaram a garantia de logística para o funcionamento dos serviços.

"Conforme a Medida Provisória No 926 e o Decreto No 10.282, que alteram e regulamentam a Lei no 13.979, as medidas restritivas em rodovias, portos e aeroportos, quando adotadas, deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais. Ademais, definem como essenciais também as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários às cadeias produtivas relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais", diz trecho.

Veículo: Bahia Já	
Data: 25/03/2020	Coluna: Política



Tasso Franco - Diretor de Redação

ABIH-BA segue em busca de apoio governamental para evitar demissões

Alguns hotéis já começaram a suspender as suas atividades

Talita A&G Plus ,

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA) segue, diariamente, ouvindo os associados por todo o estado da Bahia dando suporte institucional, orientando quanto aos procedimentos de prevenção do novo coronavírus (COVID-19) e no auxílio na negociação com os sindicatos. A situação é grave, alguns hotéis já começaram a suspender as suas atividades e, se não tivermos um apoio governamental, sobretudo do Governo Federal, ficará ainda pior com o verdadeiro colapso na hotelaria baiana – impactando milhares de famílias.

Com o objetivo de evitar cancelamentos de contratos de trabalho em larga escala e o fechamento de hotéis, a ABIH-BA tem solicitado o apoio dos Governos Federal e Estadual e dos municípios situados nas zonas turísticas do Estado, bem como de bancos de desenvolvimento, privados e apoio institucional dos mais diversos segmentos.

"O setor de hotelaria é responsável por gerar emprego e renda para milhares de pessoas e com os fechamentos que estão ocorrendo, não haverá capital de giro suficiente para suprir todas as demandas trabalhistas que poderão existir. É extremamente importante haver uma flexibilização dos sindicatos nas negociações, considerando que a finalidade de evitar as rescisões de contrato de trabalho e que o empregado fique seguro de que, passada a crise, volte a ter seu emprego de volta", pondera Luciano Lopes, presidente da entidade.

A ABIH-BA continua disposta e aberta a unir forças para que juntos possamos superar essa fase e fortalecer o setor.

ENTREVISTA Armando Avena, economista

“HÁ RISCO DE QUEBRA DE EMPRESAS E AUMENTO ACELERADO DO DESEMPREGO”

DA REDAÇÃO

“Se o day-after do coronavírus for uma economia destruída, a sobrevivência continuará em risco”, afirma Armando Avena, economista e colunista de A TARDE. Na entrevista abaixo, ele explica que, em primeiro lugar, está a saúde da população, mas também pontua que é preciso planejar o socorro financeiro às famílias de baixa renda e às empresas brasileiras. “A maioria das empresas brasileiras são micro e pequenas que terão dificuldades até para buscar dinheiro e se manter”, constata, falando sobre o cenário da pandemia.

A área de saúde parece que encontrou o caminho para enfrentar o coronavírus por meio do isolamento social, e na área econômica o que se pode fazer?

O isolamento social é a melhor forma de enfrentar o coronavírus. O isolamento evita o colapso do sistema de saúde e, com isso, reduz o número de mortos. É um remédio adequado que atua achatando a curva de contágio, distribuindo o número de infectados ao longo do tempo e, assim, evitando a concentração de doentes num momento



específico, o pico do contágio, protegendo o sistema de saúde. O problema é que ninguém sabe exatamente quanto tempo isso vai durar. Os economistas estão no meio dessa incerteza. Se alguém garantisse que a pandemia iria durar dois meses e depois acabar, os agentes econômicos iriam se planejar. O governo viabilizaria empréstimos para as empresas e elas se programariam no tempo, restabelecendo o fluxo de caixa quando o problema acabasse. O governo faria transferência de renda para as pessoas e elas se organizariam para sobreviver com esse dinheiro nesse período. Mas não é assim: ninguém sabe exatamente quando o isolamento social vai acabar. O exemplo de Wuhan na China traz otimismo, pois após dois ou três meses, a cidade anuncia que o isolamento vai terminar em 8 de abril. No Brasil, o ministro Mandetta falou em agosto/setembro. Seriam cinco meses, e aí os efeitos na economia seriam dramáticos.

Já se pode mensurar o impacto na economia do mundo e do Brasil?

O que está acontecendo na economia é algo muito grave, semelhante ao pior do que se viu na Grande Depressão. Geralmente,

verdade que o capitalismo é um sistema tão competitivo que busca saídas próprias, assim a economia permanece funcionando, com a aceleração do e-commerce, do delivery e outros expedientes. Mas isso só atende a uma pequena parcela da economia, além disso, muitos dos deliveries de supermercados e outros já estão no limite de oferta. E isso funciona para quem continua recebendo salário ou tem uma reserva financeira, o que não é o caso para a maioria da população brasileira. Nesse cenário, o que se está desenhando é uma recessão mundial, e todos os países estão agindo para reduzir o impacto.

As medidas adotadas até agora pelo governo brasileiro estão conseguindo minimizar o impacto na economia?

O governo está tomando as medidas adequadas, mas tudo indica que precisará ampliar o escopo e a amplitude delas. Todos os países estão transferindo renda para as pessoas, adiando o pagamento de impostos e facilitando os empréstimos para as empresas, além de tentar preservar os empregos flexibilizando as leis trabalhistas com o governo

O que está acontecendo é semelhante ou pior do que se viu na Grande Depressão

É urgente abandonar a meta fiscal e injetar dinheiro na economia

A economia baiana e nordestina tem empresas menos capitalizadas

precisaria ter um programa de Renda Mínima para pelo menos 100 mi-

retas. E precisam ser adotadas, senão muitas delas vão quebrar. É fundamental também que o governo cubra o custo de manter mão de obra em casa, senão o desemprego vai ser monumental. Aliás, já se fala em 40 milhões de desempregados, se o governo não assumir isso. Ou seja, todas essas medidas vão na direção correta e tentam evitar a quebra de empresas, mas isso só vai funcionar se o período de isolamento for pequeno. De que adianta a empresa tomar empréstimo, segurar a mão de obra, se não tem ideia de quando vai voltar a produzir e faturar? Além disso, a maioria das empresas brasileiras são micro e pequenas que terão dificuldades até para buscar esse dinheiro e se manter assim por mais de dois meses. O fato é que há um risco de que haja a quebra de muitas empresas e o aumento acelerado do desemprego.

O que devemos fazer, então?

Não é fácil responder a essa pergunta. Temos de encontrar uma sintonia fina, fazer com que se coloque em primeiro lugar a vida das pessoas, reduzindo a possibilidade de contágio e, ao mesmo tempo, preservar a economia

deveriam colocar todos os recursos disponíveis para viabilizar essa solução.

O Brasil e o mundo vão entrar em recessão?

Tudo indica que sim, mas ainda é cedo para fazer previsões. Há economistas que falam em uma queda de mais de 3% no PIB mundial. É cedo para fazer esse tipo de previsão, até porque, se a China tiver realmente vencido o vírus, pode haver algum crescimento no segundo semestre. No Brasil, um grupo na Fundação Getúlio Vargas já trabalha com uma redução no PIB brasileiro de 2,5%. Que haverá recessão é praticamente certo, mas o tamanho dela vai depender do tempo em que a economia vai ficar parada.

A Bolsa de Valores está despencando? Quais as perspectivas nessa área?

A Bolsa de Valores reflete a incerteza, o medo do futuro. Por isso vai continuar instável. Aqui é preciso dizer que o preço das ações não reflete o preço das empresas. Reflete a fuga dos investidores para o dólar e o ouro, que ainda são os ativos mais seguros do mundo. Muitos investidores ficam apavorados ao ver seu dinheiro desaparecendo

dar mais que R\$ 12, que é o preço atual em bolsa. Quando passar a crise os preços das ações vão se recuperar rapidamente. Mas aqui tem novamente o problema do tempo: muita gente acha que a crise vai durar muito e não quer esperar, prefere vender as ações e realizar o prejuízo.

No caso da economia baiana, qual deve ser o impacto?

Tudo vai depender de como a pandemia vai se desenvolver aqui, até porque ela não atinge de forma homogênea todas as regiões. A economia baiana é nordestina tem empresas menos capitalizadas e mais frágeis. Aqui é preciso destacar que tanto o governador Rui Costa quanto o prefeito ACM Neto estão tomando todas as medidas necessárias, agindo com rapidez e eficiência. O governo federal finalmente abriu os olhos e disponibilizou recursos para os estados e suspendeu o pagamento da dívida interna. Mas é preciso destacar que a Bahia é um estado pobre, que grande parte da população de Salvador vive em favelas e habitações sub-humanas e que essa população não pode ficar isolada sem trabalhar, pois vive do rendimento

nas crises, existe um choque na oferta, quando há redução ou desestruturação na produção, ou um choque na demanda, quando as compras se reduzem drasticamente. Na crise atual a economia está sofrendo ao mesmo tempo um choque de oferta e um choque de demanda. É choque na oferta, porque a produção está caindo: fábricas fechando, falta de insumos, etc. É choque de demanda, porque o consumo está despencando, já que todo mundo está em casa. Com isso, o desemprego aumenta, a renda das pessoas que vivem no mercado informal desaparece, as pequenas e médias empresas não podem pagar a folha de pessoal e os impostos, e por aí vai. É

cobrindo os custos. No caso do Brasil, entre outras, o governo anunciou a transferência de renda para as pessoas, ampliou o número de beneficiados pelo Bolsa Família, vai permitir o saque do FGTS e anunciou uma transferência de R\$ 200 para as pessoas do Cadastro Único, que não estão no Bolsa Família. É pouco, as pessoas mais pobres geralmente recebem o Bolsa Família e fazem bico para complementar a renda. No mercado informal, quem perdeu sua renda diária não vai conseguir sobreviver com R\$ 200 por mês. É pouco e não vai resolver. Na atual situação, com os empregos desaparecendo, porque as empresas não vão conseguir mantê-los, o governo

lhões de pessoas. Isso é possível num momento de crise grave e deveria ser feito. Ou seja, injetar dinheiro na economia para assim viabilizar a sobrevivência urgente, e é correto abandonar a meta fiscal e injetar dinheiro na economia no âmbito da demanda. Mas, com tudo o mais fechado, esse dinheiro será destinado somente às necessidades imediatas: alimentação e remédios. O resto da economia vai continuar parado.

As medidas para apoiar as empresas?

O mesmo ocorre aí. As medidas para dar mais capital de giro para as empresas, reduzir a carga fiscal e flexibilizar as relações trabalhistas são cor-

que, no final das contas, é fundamental também para a sobrevivência das pessoas. É preciso fazer o que o poder público está fazendo, mas, talvez, selecionar alguns setores que possam continuar funcionando, como a construção civil e outros, desde que com medidas sanitárias mais rígidas. Na verdade, o isolamento social é, neste momento, a única saída e deve ser seguido por todos. Mas não é a solução ideal. É uma solução que vai adiando o problema ao longo do tempo, mas se o tempo for muito longo o efeito colateral desse remédio pode ser a desestruturação de grande parte da economia. A solução ideal é a vacina ou um remédio eficaz, por isso os países

com a queda no preço das ações na Bolsa de Valores. E com os fundos imobiliários despencando. Nessa hora o investidor tem de saber que cada ação que ele tem em mão representa um pedacinho do imobilizado físico e imaterial da empresa, por isso a queda no preço das ações é uma queda no papel, não necessariamente no valor real da empresa. As máquinas, os terrenos, a credibilidade da companhia ainda estão lá intactos, e isso é a garantia de cada ação. Claro, o lucro das empresas vai cair, e os dividendos também, mas o valor da ação de uma empresa sólida jamais chega a zero. Se alguém pegar todos os ativos da Petrobras e dividir pelo número de acionistas, vai

diário. As empresas baianas também vão precisar de apoio, e, mais cedo ou mais tarde, será preciso que o governo do estado e a prefeitura de Salvador adiem ou flexibilizem o pagamento de impostos como ICMS, ISS e outros, vinculando o benefício à preservação de empregos.

Para vencer o coronavírus, será preciso destruir a economia?

Este será o grande desafio para os nossos governantes. Colocar a preservação da vida em primeiro lugar, mas sem desestruturar completamente a economia. É bom lembrar: se o *day-after* do coronavírus for uma economia destruída, a sobrevivência continuará em risco.

STF SUSPENDE PAGAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

COM UNIÃO O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes suspendeu por 180 dias o pagamento das parcelas da dívida do Governo da Bahia com a União. O motivo é para que Estado utilize os valores no combate à pandemia do coronavírus. A decisão foi tomada na segunda(23).

O pedido foi feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) da Bahia, que viu a possibilidade de aplicar os recursos que seriam utilizados para o pagamento da dívida no enfrentamento ao Covid-19.

A PGE ajuizou a ação para pedir ao Supremo que, em caráter liminar, determinasse a suspensão temporária do pagamento das prestações a vencer da dívida com a União pelo por seis meses, sem imposição de multa contratual ou qualquer restrição cadastral, remetendo o vencimento das parcelas suspensas para o final do contrato. A Procuradoria afirmou ainda que o Estado está em dia com seus pagamentos para com a União.

Vendas no varejo baiano crescem 0,6% em janeiro

PESQUISA As vendas no varejo da Bahia registram, em janeiro, uma queda de 6,9% em relação ao mês anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Frente a igual mês do ano passado, porém, houve uma alta de 0,6%. Foi o primeiro janeiro positivo para o varejo baiano, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, desde 2014, quando o avanço havia sido de 9,6%.

Nessa comparação as vendas do comércio varejista nacional avançaram 1,3%,

com altas em 17 dos 27 estados. Os melhores desempenhos foram registrados no Amazonas (10,5%) e na Paraíba (8,1%), enquanto Ceará (-2,1%) e Minas Gerais (-1,9%) tiveram os recuos mais profundos.

Com o resultado de janeiro, o varejo baiano se manteve em alta (2,2%) no acumulado nos últimos 12 meses encerrados em janeiro (frente aos 12 meses anteriores). Esse indicador no estado está um pouco acima do Brasil como um todo (1,8%) e é o melhor acumulado em 12 meses para o varejo baiano desde janeiro de 2015

2,2%

é o crescimento do varejo baiano nos 12 meses encerrados em janeiro, resultado um pouco maior que o do Brasil como um todo (1,8%), segundo a Pesquisa Mensal de Comércio

(quando havia ficado em 3,5%).

De acordo com o levantamento, Em janeiro, na Bahia, quatro das oito atividades do varejo restrito (que exclui as vendas de automóveis e material de construção) tiveram altas nas vendas, frente ao mesmo mês de 2019.

Assim como já tinha ocorrido em dezembro do ano passado, o maior aumento foi registrado pelo segmento de móveis e eletrodomésticos (10,4%), que teve o quinto resultado mensal positivo consecutivo (cresce desde setembro de 2019).

A atividade também exerceu a principal influência positiva para o desempenho do varejo como um todo, no estado, novamente puxada com mais força pelos eletrodomésticos (13,9%), enquanto as vendas de móveis cresceram em menor intensidade (2,4%).

Os combustíveis (7,6%) tiveram o segundo maior aumento nas vendas e deram a segunda maior contribuição para o avanço do varejo baiano em janeiro. As vendas dessa atividade crescem seguidamente há nove meses, desde maio do ano passado.

Mais*

LOJAS DO CENTRO DA CIDADE FECHAM PORTAS POR CAUSA DA QUEDA DE MOVIMENTO NA PANDEMIA

COMÉRCIO EM CLIMA DE ISOLAMENTO

Mesmo sem proibição, maioria das lojas do Centro de Salvador amanhecem fechadas

Gil Santos

REPORTAGEM

gil.santos@redesahia.com.br

Irreconhecível. É assim que está a Avenida Sete de Setembro nos últimos dois dias. O vale vem frenético de clientes e a agitação de vendedores ambulantes anunciando as mercadorias deu lugar a cal-

çadas vazias, lojas fechadas e um silêncio que não lembra nem de longe o frenesi de um dos principais centros populares de Salvador, assim como outros polos, como Baixa dos Sapateiros e a Rua Carlos Gomes. O setor estima prejuízo de mais de 70% no faturamento por causa do vazio.

O supervisor de vendas Geanderson Anjos, 22 anos, era uma das poucas pessoas

na Avenida Sete na tarde de ontem. A loja de tecidos em que ele trabalha era a única aberta em todo o quarteirão e estava vazia quando a reportagem chegou. Anjos contou que o movimento começou a reduzir na semana passada.

"Já tinha caído uns 15%, mas no sábado foi ainda pior. Muitas lojas não abriram. Aqui abriu, mas a queda no movimento foi de 80%. De lá

pra cá só ficou muito pior", disse, enquanto aguardava na porta por algum cliente. No interior da loja, funcionários conversavam para matar o tempo.

Além do medo de transmissão do novo coronavírus e dos apelos das autoridades para que as pessoas fiquem em casa, o mau tempo também fez muita gente desistir das compras. Na região do Relógio de São Pedro, sem a presença das barracas dos vendedores ambulantes, era possível ver até as fachadas das lojas. Todas fechadas.

Apenas farmácias e agências bancárias funcionaram. A loja de tecidos onde Anjos trabalha e uma loja que vende produtos para festas foram as únicas exceções.

Um dos funcionários da loja de acessórios festivos afirmou que o dono do negócio está preocupado com o pagamento do aluguel onde o estabelecimento funciona e que essa foi a única razão para mantê-lo aberto. "Mas ele já disse que está aguardando apenas o decreto da prefeitura mandando fechar o comércio de rua. Não tem outro

Já tinha caído uns 15%, mas no sábado foi ainda pior. Muitas lojas não abriram. Aqui abriu, mas a queda no movimento foi de 80%. De lá pra cá, só ficou ainda pior Geanderson Anjos

Vendedor de uma loja de tecidos de Avenida Sete, uma das duas abertas ontem na região

Não temos muito o que fazer. Somos reféns da situação. Vamos acompanhar o que o governo federal fará, quais decisões vai tomar, para pensar em como agir Paulo Motta

Presidente do Sindlojas, ao comentar a precificação do setor com a Pascoa, em abril, o Dia das Mães, em maio

jeito. Com o movimento tão fraco, é melhor fazer como as outras lojas”, disse.

Na rua mesmo, apenas os trabalhadores que estão realizando obras de requalificação. Poucos moradores se arriscaram a sair de casa e nada de clientes com sacolas, como costuma ser comum em uma terça-feira à tarde. Sobrava vaga de estacionamento na frente das lojas. Os comerciantes da Avenida Joana Angélica e da Rua Chile também baixaram as portas.

PREJUÍZOS

Para o presidente do Sindicato dos Lojistas do Estado da Bahia (Sindlojas), Paulo Motta, março de 2020 pode ser considerado um mês perdido para os comerciantes de rua. Até a semana passada, disse, o prejuízo no faturamento era de cerca de 70%, mas a situação ficou ainda pior nos últimos dias. “Abril tem Páscoa e maio, Dia das Mães. Estamos preocupados com essas datas também”, emendou.

Os empresários ainda não sabem como vão fazer para amenizar as perdas, e esperaram socorro da União. “Não temos muito o que fazer. Somos reféns da situação. Vamos acompanhar o que o governo federal vai fazer, quais decisões vai tomar, para a partir daí pensar em como agir”, afirmou Motta. São 12 mil lojas e 122 mil trabalhadores nesse segmento.

A prefeitura de Salvador estuda a possibilidade de fechar o comércio de rua como forma de barrar o avanço da Covid-19. Cidades como São Paulo e Rio já fizeram o mesmo. Bares e restaurantes serão fechados a partir de hoje na capital por 15 dias, mas o prazo pode ser prorrogado.

O diretor jurídico do Sindicato dos Comerciantes de Salvador, Alfredo Santiago, disse que o cenário é incerto e cobrou mais medidas de segurança dos lojistas. “Estamos sentindo os impactos negativos, desde a queda brusca nas vendas às demissões que estão ocorrendo. Centenas de trabalhadores não sabem se receberão salário no fim do mês”, afirmou. Santiago disse que é preciso bom senso para superar mais esse desafio.

Quem vai ao comércio de rua, agora, é por urgência. A farmacêutica Gabriela Alves, 34, passou apressada pela Avenida Sete. De máscara, contou que só saiu de casa porque mora na região e precisava comprar uma medicação para a avó hipertensa.

Procurada, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio) informou que ainda não fez o levantamento do prejuízo da Covid-19 ao comércio de rua.

Prefeitura determina fechamento de salões de beleza

Os salões de beleza de Salvador deverão ser fechados inicialmente por 15 dias a partir de hoje. A determinação integra o decreto 32.280, publicado na última segunda-feira no Diário Oficial do Município. As novas medidas impostas pela prefeitura visam coibir aglomerações em ambientes de grande circulação de pessoas para barrar o contágio e proliferação do novo coronavírus.

Além dos salões, o funcionamento de casas de shows e espetáculos, boates, dance-terias, casas de festas e eventos, clínicas de estéticas e salões de dança também está suspenso. Já os bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência de postos poderão funcionar com restrições. Os estabelecimentos só poderão efetuar entrega em domicílio ou disponibilizar a retirada de bebidas e alimentos prontos e embalados para serem consumidos fora desses locais.

Para funcionar com delivery ou take out, os locais devem adotar as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da Covid-19. Em caso de descumprimento da medida, o infrator pode ser penalizado, inclusive, com a cassação de licença de funcionamento.

Pelos próximos 15 dias, também ficou proibida qualquer atividade sonora na cidade, tanto em locais públicos quanto em estabelecimentos particulares. Confira o que fecha e abre em Salvador na lista abaixo.

O QUE FECHA E O QUE ABRE EM SALVADOR

● **Fechados** Shoppings, boates, casas de espetáculos, salões de beleza, universidades, escolas, clínicas de estética, teatros e cinemas. Bares, restaurantes e lojas de conveniências funcionam com restrição: só podem atender por delivery ou vender bebidas e alimentos para consumo fora do local. Templos não podem realizar atividades.

● **Abertos** Unidades de saúde, farmácias, supermercados e feiras de alimentos.



CASOS NA BAHIA

Dados: Número de casos confirmados de Covid-19 na Bahia subiu para 79, segundo boletim divulgado às 17h de ontem pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). Ao todo, 14 municípios registram pacientes infectados com novo coronavírus. Salvador lidera, com 48, seguida por Feira de Santana e Porto Seguro, ambas com oito. Há casos em Lauro de Freitas, Juazeiro, Prado, Barreiras, Brumado, Camaçari, Conceição do Jacuípe, Conde, Itabuna, Jequié, Juazeiro e Teixeira de Freitas.

PROJETADO

REAL

FONTE: SESAB



Força-tarefa cassa alvarás do Boulevard 161 e Lojas Americanas

A força-tarefa liderada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) para combater infrações aos decretos de quarentena interditou e cassou na manhã de ontem o alvará de funcionamento do Shopping Boulevard 161 e das Lojas Americanas, no Itaigara.

Os estabelecimentos desobedeceram o decreto municipal que determinou o fechamento de shoppings, centros comerciais e espaços similares em Salvador desde o último sábado, pelo prazo inicial de 15 dias.

Segundo a prefeitura, a fiscalização continuará de forma ostensiva em todos os bairros da cidade para monitorar se os estabelecimentos estão seguindo a determinação municipal. Durante a ação da força-tarefa de fiscalização, formada por, formada ainda por equipes da Vigilância Sanitária de Salvador (Visa) e Guarda Civil Municipal (GCM), 20 estabelecimentos já foram interditados, dois alvarás de fun-

cionamento cassados e mais de mil vistorias realizadas na capital baiana. A operação está respaldada no decreto municipal de número 32.256/2020.

“A prefeitura não vai permitir que os estabelecimentos se comportem dessa forma, descumprindo a legislação do nosso município. É uma questão de saúde pública, responsabilidade e de segurança para nós cidadãos”, afirma o secretário Sérgio Guanabara, chefe da Sedur, ao se referir às medidas voltadas para conter o avanço do coronavírus na capital.

Em nota, o Boulevard 161 afirma ter cumprido a ordem de fechamento em 21 de março e informou ter proibido o acesso do público às suas instalações no último sábado. A direção do shopping alegou que a loja externa que tenha se mantido aberta é quem deve responder pela interdição e a cassação do alvará de funcionamento por parte da prefeitura da cidade.

Shopping e unidade da rede no Itaigara foram fechadas por descumprir decreto da quarentena

Tribuna

Shopping e loja descumprem decreto e têm alvará cassado

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) interditou e cassou o alvará de funcionamento do Shopping Boulevard 161 e das Lojas Americanas, localizados no bairro do Itaigara, na manhã desta terça-feira (24). Os estabelecimentos descumpriram o decreto de prevenção e controle do coronavírus, publicado no Diário Oficial (DOM) no dia 20 de março, que determina o fechamento por 15 dias de shoppings, centros comerciais e similares.

A fiscalização continuará de forma ostensiva em todos os bairros da cidade com o objetivo de monitorar se os estabelecimentos estão seguindo a determi-

nação municipal. "A Prefeitura não vai permitir que os estabelecimentos se comportem dessa forma, descumprindo a legislação do nosso município. É uma questão de saúde pública, responsabilidade e de segurança para nós cidadãos", afirma o secretário da Sedur, Sérgio Guanabara.

Durante a ação de força-tarefa de fiscalização, formada por equipes da Sedur, Vigilância Sanitária (Visa) e Guarda Civil Municipal (GCM), 20 estabelecimentos já foram interditados, dois alvarás de funcionamento cassados e mais de mil vistorias foram realizadas na capital baiana. A operação está respaldada no decreto municipal de número 32.256/2020.

Lojista ficará isento do aluguel

Os lojistas que atuam no país ficarão isentos de pagar aluguel durante fechamento por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). A informação foi divulgada pela Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop) na terça-feira (24), relatando que lojistas e donos de centros de compra chegaram a um acordo sobre a flexibilização da cobrança e de outras taxas operacionais.

Segundo comunicado, o aluguel referente ao mês de março será cobrado de forma proporcional às vendas, mas a cobrança será feita posteriormente e de maneira negociada entre as partes. Até a última segunda-feira, 23, o país tinha 95% dos shoppings afetados por decretos estaduais ou municipais determinando o fechamento das unidades, conforme balanço mais recente do setor.

Agência suspende corte de energia por 90 dias

CORONAVÍRUS Os consumidores de energia elétrica que estão ou ficarem inadimplentes não terão o fornecimento de eletricidade suspenso durante a pandemia do novo coronavírus. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu, ontem, proibir o corte na luz dos consumidores por um período de 90 dias. Esse prazo pode ser renovado. A medida já vinha sendo defendida por entidades de proteção dos direitos dos consumidores como uma forma de ajudar as famílias.

"Essa decisão visa assegurar a preservação do fornecimento aos consumidores mais vulneráveis e, ao mesmo tempo, dar uniformidade ao tratamento a ser aplicado pelas empresas de distribuição de energia elétrica", afirmou, ontem, o diretor da Aneel San-

A medida do governo valerá para todo o Brasil, para todas as residências e para os serviços considerados essenciais

doval Feitosa.

A medida valerá para todo o Brasil, para todas as residências e para os serviços considerados essenciais, como os hospitais. "Não se trata de isentar os consumidores do pagamento pelo uso da energia elétrica, mas somente de garantir a continuidade do fornecimento àqueles que, neste momento de calamidade pública, não tiverem condições de se manter adimplentes", acrescentou Feitosa. "Rogo a todos brasileiros que possam pagar no prazo a suas faturas que o façam. Isso permitirá que possamos abraçar as pessoas que não possam pagar as contas de energia".

Em seu voto, Feitosa afirmou ainda que o fornecimento de energia elétrica é essencial para manter os brasileiros em suas casas. O processo foi votado em reunião extraordinária.

A resolução da agência reguladora também prevê outras medidas como a entrega pessoal de faturas; a suspensão do descadastramento de famílias da tarifa social e a elaboração de planos de contingência específicos para atender hospitais e locais usados para o tratamento da população.

O diretor-geral da agência, André Pepitone, disse que ainda haverá uma avaliação à parte, em discussão junto ao governo, de medidas adicionais em benefício de consumidores de baixa renda.

"Nos foi demandado que se avaliasse a possibilidade de haver um suporte maior ao (consumidor de) baixa renda, e isso vai ser tratado nos canais de governo, com o Ministério de Minas e Energia e da Economia, com coordenação da Casa Civil", afirmou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 25/03/2020	Página: 02

Tribuna

Bolsa Família

O Bolsa Família vai atingir um patamar histórico em abril. O Governo Federal anunciou que o programa vai chegar a 14,3 milhões de famílias no próximo mês. A inclusão de 1,2 milhão de novas famílias foi possível a partir da injeção de R\$ 2 bilhões da União no Ministério da Cidadania, como uma das medidas para combater a pandemia da Covid-19 (novo coronavírus). "Neste mês, vamos inserir mais 1,2 milhão de famílias no programa. Com isso, no mês de abril, teremos um número que nunca existiu, de 14,3 milhões de famílias atendidas.

Mistério

Na semana passada, a Petrobras reduziu o preço da gasolina em 12 por cento. Ontem, baixou mais 15. Por que a redução não chega às bombas?

Tribuna

Contra coronavírus, parlamentares sugerem taxaço de grandes fortunas

AUGUSTO FERNANDES
CORREIO BRAZILIENSE

Diante da necessidade de aumento dos gastos públicos para fazer frente à proliferação do novo coronavírus no país, parlamentares pedem ao Senado a análise de dois projetos de lei que permite à União recolher um tributo extraordinário dos superricos brasileiros durante o período em que durar a pandemia. Uma das propostas, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), sugere a cobrança de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) a pessoas com patrimônio líquido superior a R\$ 22,8 milhões.

O texto está parado na Casa desde agosto do ano passado. No momento, a matéria tramita na Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda a designação de relator pelo presidente do colegiado, Omar Aziz (PSD-AM). De acordo com a proposta, o patrimônio líquido que exceder o valor de 12 mil vezes o limite mensal de isenção do Imposto de Renda (R\$ 1.903,89 neste ano) deve ser considerado grande fortuna.

"Estamos em estado de calamidade pública. Faço apelo para a aprovação urgente do meu projeto. Se aprovado, a contribuição dos muito ricos resultará em soma bilionária para colaborar com o governo neste momento de crise. É uma contribuição mínima que não afeta capacidade de empregabilidade. O caixa do governo poderia ser reforçado em cerca de R\$ 80 bilhões com uma contribuição mínima dos



O SENADO poderá decidir taxar grandes fortunas

grandes milionários do país", afirmou o tucano

Conforme a proposta dele, seriam criadas três alíquotas diferentes, a serem pagas por pessoas físicas e jurídicas, e que dependeria da fortuna acumulada pelo milionário: aqueles com recursos entre 12 mil e 20 mil vezes o limite de isenção (entre R\$ 22,8 milhões e R\$

38 milhões) pagariam 0,5% de imposto; os com patrimônio entre 20 mil e 70 mil vezes (entre R\$ 38 milhões e R\$ 133,2 milhões) pagariam 0,75%; e os com recursos superiores a 70 mil vezes seriam tributados em 1%. Cada alíquota incide sobre a parcela do patrimônio prevista na respectiva faixa de tributação.

Tribuna

Maia defende redução de salário nos Três Poderes e de concursados

LUIZ CALCAGNO
CORREIO BRAZILIENSE

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) falou, na manhã de ontem, sobre como conter a crise do coronavírus. O deputado trata o problema como situação de guerra. Entre outros pontos, defendeu a redução do salário de funcionários públicos concursados ou dos eleitos nos Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Maia afirmou que a folha de pagamento atinge um valor de R\$ 200 bilhões e que uma economia de 15% a 20% por mês poderia ajudar, mas destacou que o assunto ainda será debatido.

O deputado também voltou a falar na proposta de emenda à Constituição (PEC) que segrega o orçamento da crise do orçamento anual do governo federal, como uma forma de impedir que gastos necessários para a prevenção e combate ao Coronavírus e seus efeitos na saúde, educação e segurança não continuem pelos próximos anos.

“Quando a gente fala em recessão, fala em empobrecimento do país. Estamos ficando mais pobres. Quando ficamos mais pobres na nossa casa, readequamos nossos gastos para outra realidade”, explicou o presidente da Câmara. Maia conver-



RODRIGO MAIA afirmou que a folha de pagamento da União atinge um valor de R\$ 200 bilhões e que uma economia de 15% a 20% por mês poderia ajudar

sou sobre as dificuldades que o Brasil enfrentará durante entrevista a José Luís Datena, na Rádio Bandeirantes.

Maia abordou as dificuldades que o Brasil enfrentará. A entrevista começou com o presidente da Câmara falando sobre o Plano Mansueto. Maia explicou que o projeto de lei complementar vai garantir empréstimos para os estados. Afirmou também que o texto ainda sofrerá alterações e melhorias, inclusive, no que diz respeito à recuperação fiscal do Rio de Janeiro, que também deve ser estendido à Minas Gerais e Goiás.

REUNIÃO

Líderes das bancadas dos partidos na Câmara se reunirão com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no fim da tarde de ontem, de forma virtual, para evitar o contágio e deslocamentos desnecessários em época de pandemia da covid-19. A ideia é debater os novos procedimentos, com a redução da presença no Congresso, e desenhar uma pré-pauta da semana. Para isso, os deputados usarão o aplicativo Zoom, para videoconferência e webconferência. O encontro foi marcado para as 18 horas de ontem.

Parlamentares dizem-se já acostumados com a tecnologia. “Estou em casa, mas minha agenda está cheia. Já me reuni pelo aplicativo hoje com a frente parlamentar do agronegócio, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina”, disse o líder do Cidadania, Arnaldo Jardim (SP).

Nesta quarta-feira (25), o Colégio de Líderes deve ter nova reunião, desta vez presencial na Câmara, mas nem todos os representantes vão acompanhar. Parlamentares que fazem parte do grupo de risco são desaconselhados a ir ao Congresso.

Tribuna

Petrobras reduz preço da gasolina nas refinarias 15%

A Petrobras reduzirá em 15% o preço médio da gasolina em suas refinarias a partir de hoje e manterá o valor do diesel, informou a companhia nesta terça (24).

A redução ocorre em meio a um tombo dos preços de petróleo e derivados por impactos da expansão do coronavírus e de uma guerra de preços entre grandes produtores globais da commodity.

Com o novo corte, a queda acumulada de gasolina da Petrobras — responsável por quase 100% da capacidade de refino do Brasil — somará cerca de 40% em 2020, de acordo com informações da petroleira e cálculos da Reuters.

Na semana passada, a estatal havia já reduzido o valor da gasolina em 12%.

O preço do diesel, por sua vez, acumula recuo de aproximadamente 30% neste ano até o momento.

Os preços do petróleo Brent já caíram cerca de 60% neste ano, sendo negociados nesta terça-feira a cerca de US\$ 27 o barril nesta terça, com uma queda da demanda diante da pandemia de coronavírus e o aumento da oferta depois que a Rússia e a Arábia Saudita não chegaram a um acordo para reduzir a produção.

O chefe da área de óleo e gás da consultoria INTL FCStone, Thadeu Silva, afirmou à Reuters que a queda

da gasolina no mercado internacional foi ainda mais brusca que a repassada pela Petrobras aos clientes, em um movimento que parece ser de cautela, uma vez que a companhia não tem como prever como o mercado se comportará nos próximos dias.

“Tem ainda uma quantia boa represada de reajuste que dá para fazer, eu acho que a Petrobras vem adotando uma estratégia de suavizar o movimento, porque ela não sabe se o preço ‘rebota’ daqui a dois dias, o mercado está muito volátil.”

“Também acho que se baixar inteiro, ela começa a trazer problemas sérios para a cadeia. Quem está estocado com o produto, vai ter problemas sérios se reduzir tão bruscamente os preços, o prejuízo pode ser muito grande.”

A petroleira estatal tem reforçado sua política de preços, que segue o princípio da paridade de importação, que leva em conta preços no mercado internacional mais os custos de importadores, como transporte e taxas portuárias, com impacto também do câmbio. O repasse de ajustes dos combustíveis nas refinarias para o consumidor final nos postos não é imediato e depende de diversos fatores, como consumo de estoques, impostos, margens de distribuição e revenda e mistura de biocombustíveis.



Senadores aprovam MP da renegociação de dívidas com a União

25 de Março de 2020

O senado aprovou nesta terça-feira (24) a Medida Provisória (MP) 899 de 2019, que trata da renegociação de dívidas com a União. A MP foi aprovada por unanimidade, com 77 votos favoráveis e nenhum contrário. O texto vai à sanção presidencial e, com isso, o governo tenta reaver parte das verba de dívidas de difícil recuperação. Isso poderá ser feito facilitando a renegociação dos contribuintes com o fisco, podendo aplicar descontos e parcelamento dos débitos.

A expectativa do governo é regularizar a situação de 1,9 milhão de contribuintes, que devem R\$ 1,4 trilhão nessa modalidade. A MP foi assinada em outubro pelo presidente Jair Bolsonaro. À época, ele disse que além de “dar uma segunda chance a quem não deu certo no passado e tem uma dívida grande”, a MP está “ajudando muitos magistrados pelo Brasil que têm sobre sua mesa uma quantidade enorme de processos que tratam de natureza tributária”.

O texto havia sido aprovado pela Câmara no último dia 18 e perderia a validade amanhã (25), caso não tivesse sido votada hoje. Foi o calendário que justificou a votação da matéria hoje, em sessão remota. Esse tipo de sessão, feita à distância, por meio de internet, só será usado para votação de matérias urgentes ou projetos relacionados ao combate ao novo coronavírus e seus impactos.

Discussões

Os senadores retiraram o Artigo 28, que não constava do texto original. Esse artigo tratava da renegociação individual dos auditores-fiscais de dívidas com a União. Eles consideraram que a medida deveria tratar dos contribuintes de uma forma mais ampla, deixando situações específicas para outro momento.

Outro artigo que também tinha sido incluído na Câmara dos Deputados foi mantido após muita discussão entre os senadores. O Artigo nº 29 determina que, em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, o contribuinte será favorecido.

Esse artigo quase foi retirado, uma vez que poderia envolver uma segunda discussão, que poderia fazer a MP voltar à Câmara e, por falta de tempo, perder a validade. Mas o artigo foi mantido e o destaque do PT, que provocaria essa segunda discussão, foi retirado.

A falta de tempo para discutir a matéria e poder devolvê-la à Câmara em tempo hábil trouxe à tona uma reclamação costumeira dos senadores. Eles criticam os deputados na demora a apreciar medidas provisórias e entregá-las ao Senado, fazendo-o com poucos dias para seu vencimento. Aos senadores resta aprovar a MP como chega da Câmara ou rejeitar o texto como um todo.

Empresas cobram que governo acione portaria de Mantega para adiar cobrança de impostos por 3 meses

Editada em 2012, portaria permite que contribuintes domiciliados nos municípios abrangidos por decreto estadual que tenha reconhecido estado de calamidade pública tenham pagamento dos tributos federais prorrogado

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

25 de março de 2020 | 08h14

BRASÍLIA - Empresas e escritórios de advocacia cobram do **Ministério da Economia** que acione imediatamente dispositivo previsto em portaria de 2012 que estabelece que, quando um Estado decreta calamidade pública, o pagamento dos tributos federais pode ser adiado por 90 dias (três meses).

Palácio do Planalto Foto: Dida Sampaio/Estadão

Empresas de **São Paulo**, onde a calamidade já foi decretada pelo governador, **João Doria (PSDB)**, estão entrando na **Justiça** para conseguir o adiamento. Representantes de diversos setores preparam manifesto para os próximos dias pedindo a prorrogação de todos os tributos em razão do impacto negativo na economia pela pandemia da **COVID-19**. Editada em 2012 pelo ex-ministro da Fazenda, **Guido Mantega**, e ainda em vigor, a portaria de número 12 permite que os contribuintes domiciliados nos municípios abrangidos por decreto estadual que tenha reconhecido estado de calamidade pública terão o pagamento dos tributos federais prorrogado para o último dia útil do 3º terceiro mês subsequente. A prorrogação do prazo não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas. O problema é que portaria

precisa, na prática, de regulamentação. É que o artigo terceiro da portaria diz que a **Receita Federal** e **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)** terão que baixar os atos necessários para a implementação da medida e a definição das medidas. Técnicos da Receita ouvidos pela reportagem sob condição de anonimato admitem que a portaria terá que ser aplicada, mas ainda estudam a forma. O advogado tributarista, Luiz Gustavo Bichara, sócio da Bichara Advogados, já entrou com ação para os seus clientes. "Entramos com várias ações hoje", afirmou. Para Lucas Ribeiro, sócio-diretor da ROIT, empresa de contabilidade e tecnologia que atende mais de 400 empresas de médio e grande porte nestas localidades, a Receita deve anunciar o adiamento do prazo de pagamentos dos tributos, é só uma questão de tempo. Segundo ele, cerca de 100 empresas de **Curitiba, São Paulo** e **Brasília** estão entrando com processos também judiciais para liberar créditos tributários em dinheiro a fim de enfrentar a crise provocada pela **covid-19**.

"Muitas empresas possuem créditos e nem sabem. E outras usam na modalidade de compensação, mês a mês, mas devido a pandemia, solicitamos que esses valores sejam depositados imediatamente e diretamente na conta das empresas, para amenizar as consequências da recessão criada com o coronavírus, para que não haja um colapso econômico e social", disse Ribeiro.

Uma das propostas é que Receita passe a analisar pedidos de restituição de créditos tributários, de todas as naturezas, no prazo máximo de dez dias, liberando-os em conta corrente bancária do contribuinte que assumir o compromisso formal de manter até dezembro o mesmo número de funcionários que declarou em fevereiro passado, sob pena de multa de 40% sobre o valor do crédito obtido.

FOLHA DE S.PAULO

Maia sugere redução de 20% no salário de servidores

Governo e Congresso são pressionados a adotar medidas que cortem benefício do funcionalismo e de cargos eletivos

Thiago Resende, Daniel Carvalho, Julia Chaib e Danielle Brant

BRASÍLIA Para tentar reduzir as críticas à flexibilização do trabalhista no setor privado, o governo e o Congresso são pressionados a adotar medidas que também reduzam benesses e salários do funcionalismo público e de cargos eletivos durante a crise do coronavírus.

Os pedidos por cortes de gastos nessas áreas partem de centrais sindicais e até mesmo dentro do próprio Congresso. Nesta terça-feira (24), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sugeriu que os três Poderes avaliem uma redução de até 20% dos salários de servidores.

Seria, na avaliação de Maia, uma espécie de gesto simbólico para mostrar que estão unidos no combate à pandemia. Em entrevista à rádio Band de São Paulo, o deputado afirmou que a medida excluiria servidores que ganham menos e os que estão diretamente envolvidos no combate à doença.

"Agora, os servidores públicos, seja aqueles concursados ou eleitos, todos têm uma estabilidade. Neste momento, nada mais justo que a gente possa ir dialogando, sem parecer uma coisa oportunista." "Aqueles que estão trabalhando de forma remota, que podem dar uma colaboração, é importante."

Maia defendeu que Legislativo, Executivo e Judiciário avaliem a alternativa nos próximos dias e tomem uma decisão sobre o tema.

Segundo ele, os salários pagos a servidores dos três Poderes são da ordem de R\$ 200 bilhões por ano.

"Tem salários mais baixos, tem salários mais altos, acima da média dos 10% que ganham mais no Brasil. Então eu acho que a gente consegue uma economia, se você olhar uns R\$ 18 bilhões por mês, se você tirar 15% a 20%, você vai ter uma economia de três meses que ajuda", afirmou.

Conforme os dados citados pelo deputado, isso geraria economia mensal que poderia chegar a R\$ 3,6 bilhões.

Maia já defendera a aprovação da proposta que permite redução da jornada de trabalho do servidor em 25%, com corte proporcional de salário.

Isso está previsto na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, enviada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), no ano passado, para acionar gatilhos de ajuste nas contas públicas em momentos de desequilíbrio fiscal.

O governo, nesse modelo em estudo, iria recompor uma parte da diminuição de renda do trabalhador. O objetivo é tentar evitar demissões em massa.

Hoje, o Executivo conta com 604 mil servidores públicos federais na ativa, que têm estabilidade no cargo.

"Por que não se pensa nos altos salários do serviço público? A maior parte dos servidores ganha pouco, mas tem uma elite que ganha muito. No Judiciário, por exemplo, tem gente recebendo acima do teto [constitucional, de R\$ 39,2 mil por mês]", afirma o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah.

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, considera a proposta de corte no funcionalismo uma "atitude marqueteira". O Fórum reúne 31 sindicatos e associações e representa cerca de 200 mil funcionários públicos.

"O que a redução representaria neste período mais crítico é irrisório para o volume de recursos que o governo tem que aportar na economia."

Ao apresentar medidas que flexibilizam regras trabalhistas no setor privado, o time de Guedes tem se esquivado de perguntas sobre ações paralelas no funcionalismo público.

Técnicos, porém, lembram que o governo já apresentou a PEC Emergencial, parada no Senado.

O relator da PEC, senador Ortovisito Guimarães (Podemos-PR), quer criar exceções ao gatilho de corte de jornada e de remuneração, poupando servidores que ganham até três salários mínimos (R\$ 3.135) e profissionais de algumas áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Mas, no Congresso, onde o lobby do funcionalismo público é um dos mais fortes, defende-se o discurso de que a redução de salários desses trabalhadores vai prejudicar ainda mais a economia, já que eles perderão poder de compra.

Além do mais, a crise da Covid-19 afastou parlamentares de Brasília e paralisou o trabalho de comissões. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que se reuniria presencialmente nesta semana justamente para fazer a PEC andar, não vai mais ter sessão por falta de quórum.

Apesar de Câmara e Senado terem aprovado sessões remotas, não é possível fazer a distância sessões que não sejam para votação.

Medidas anunciadas pelo Ministério da Economia e por bancos públicos

Em bilhões

Transferência de renda

Pagamento antecipado da primeira parcela do 13º salário do INSS em 23.abr

23

Pagamento antecipado da segunda parcela do 13º salário do INSS em 23.mai

23

Transferência de valores não sacados do PIS/Pasep para o FGTS

21,5

Transferência de R\$ 200/mês para trabalhadores informais, autônomos e de baixa renda por pelo menos três meses

15

Pagamento antecipado do abono salarial em 12 de junho

12,8

Adiantamento de 25% do seguro de desemprego para quem tiver carga de trabalho e salários reduzidos

10

Expansão de beneficiários do Bolsa Família em 1 milhão de famílias

3,2

Reforço do Orçamento de assistência social

2

- Simplificação para concessão de benefícios do INSS
- Suspensão do teste de vida do INSS por 120 dias

Ajuda a empresas

Operações facilitadas por crédito

40

Prorrogação dos pagamentos do FGTS por três meses

30

Prorrogação do pagamento de impostos do Simples por três meses

22,2

Expansão de crédito para micro e pequenas empresas

5

Redução de 50% nas contribuições para o Sistema S por três meses

2,2

- Bancos privados estenderão o vencimento de dívidas de pessoas físicas e jurídicas (MPES) por 60 dias
- Autorização para acordo entre empresas e funcionários sobre teletrabalho, férias antecipadas, banco de horas, redução de salário etc.
- Suspensão de cobrança da PGN e facilitação para renegociação da dívida ativa

- Facilitar o desembaraço aduaneiro de insumos e matérias-primas

Ações na área de Saúde

Crédito extraordinário para o Ministério da Saúde

5

Alocação do saldo do DPVAT para o SUS

4,5

Realocação de recursos do Censo para o Ministério da Saúde

2,3

- Redução de tarifas de importação para produtos médicos e hospitalares
- Isenção temporária do IPI para bens domésticos e importados para combater o Covid-19

Atuação dos bancos públicos

Adiantamento de seis meses dos pagamentos de dívidas de crédito direto (BNDES)

19

Adiantamento de seis meses dos pagamentos de dívidas de crédito indireto (BNDES)

11

Reforço das linhas de capital de giro para MPES, com limite de R\$ 70 mil por cliente (BNDES)

5

Melhorar linhas de capital de giro, investimentos e pagamento antecipado de recebíveis de empresas (BB)

48

Expandir crédito agrícola (BB)

25

Expandir crédito às famílias (BB)

24

Expandir linhas de crédito para estados e municípios para equipamentos e projetos em saúde (BB)

3

Compra de carteiras de crédito consignado e de veículos (Caixa)

40

Reforçar as linhas de capital de giro para MPES (Caixa)

30

Expandir crédito agrícola (Caixa)

5

Ajuda a estados e municípios

A ideia é criticada por membros do Judiciário e do Ministério Público. O presidente do STF, Dias Toffoli, expressou a pessoas próximas não ver a proposta com bons olhos e conversou com Maia a respeito. O procurador geral da República, Augusto Aras, também avaliou ser reticente.

Com o argumento de suavizar os efeitos do vírus na economia, o governo sugere uma medida nesse mesmo sentido para trabalhadores da iniciativa privada—só que mais dura.

A ideia é que patrões possam reduzir a carga horária de trabalho em até 50%, com corte proporcional nos salários.

Para setores mais afetados pela crise, a margem pode ser ainda maior, chegando a 67%.

Na CCJ, haveria só a apresentação do relatório da PEC.

Deputados de diferentes partidos tentam emplacar um discurso moralizante de redução salarial na Casa ou em todos os Poderes e usam redes sociais para divulgar os projetos.

A ideia é criticada por líderes de partidos de centro.

Sobre os cortes no Judiciário, ministros do STF dizem que, se a medida for "pura demagogia", sem impacto fiscal considerável, não valeria a pena encampá-la.

Em outros tribunais, ministros apontam que a produtividade dos magistrados não cai durante a crise, seria então uma redução salarial com a manutenção da mesma carga de trabalho.

Preservar nos Fundos de Participação dos Estados e Municípios os mesmos níveis de 2019

16

Suspensão das dívidas dos estados com o governo federal

22,2

Renegociação de dívidas estaduais e municipais com bancos

9,6

Transferência de recursos para a saúde para estados e municípios

8

Outras medidas

- Redução de juros e prorrogação do pagamento dos empréstimos consignados
- Simplificação para emprestar e dispensar documentação para renegociação
- Declaração de estado de calamidade pública, liberando o cumprimento da meta de déficit primário para 2020

Total

477,8
bilhões

Fonte: Banco BTGPactual

FOLHA DE S.PAULO

Governo vê deterioração no crédito e deve facilitar até penhor de automóvel

Fábio Pupo

BRASÍLIA A equipe econômica tem a avaliação de que o acesso ao mercado de crédito está se deteriorando rapidamente por causa da crise do coronavírus e prepara uma MP (medida provisória) para flexibilizar as regras de empréstimos, principalmente para pequenas empresas.

A lista de iniciativas planejadas contém uso de recursos públicos para garantias, acesso de bancos a dados de contribuintes e até facilitação do penhor de veículos.

Um dos itens deve alterar a legislação das ESCs (Empresas Simples de Crédito), sancionada em 2019 e que permite a qualquer cidadão emprestar dinheiro próprio em sua comunidade após o registro na Junta Comercial.

O texto libera ESCs a ser como acionistas pessoas jurídicas e a atuar fora de sua comunidade. Antes, era necessário ficar dentro da cidade de origem.

A MP deve ampliar o uso de recursos públicos em garantias, o que tem hoje diferentes restrições.

A União, por exemplo, é limitada a participar em até R\$ 4 bilhões de fundos de garantia que atendam MPes (em conjunto com outros segmentos). Além disso, os fundos em si não contam com garantia do poder público.

A visão é que a lei sobre o

tema é tão conservadora que os fundos que atuam no segmento operam com cerca de um quarto da capacidade, enquanto há enorme demanda por garantias de crédito para as MPes (algo constatado mesmo antes da crise).

Nesse caso, a avaliação do governo é que os clientes têm um custo que não encontram em bancos privados.

Além disso, interpreta que os próprios bancos têm meios para avaliar os melhores instrumentos para se proteger dos riscos dos empréstimos (não sendo necessária a exigência legal do seguro).

O governo pretende ainda revogar um conjunto de leis e decretos das décadas de 1960 e 1970 que regulamentam instrumentos de crédito em setores como o industrial e agrícola.

A justificativa é que em um negócio privado cabe às partes decidir sobre o formato da operação e que os dispositivos tomam recursos e tempo das partes envolvidas e do próprio poder público.

Objetivo semelhante tem mudanças sobre o penhor de veículos — quando o cliente põe seu carro, por exemplo, como garantia para tomar empréstimos.

A medida prevê a revogação de artigo do Código Civil que impede o penhor de veículos sem eles estarem previamente segurados contra furto, avaria, perecimento e danos causados a terceiros.

tema é tão conservadora que os fundos que atuam no segmento operam com cerca de um quarto da capacidade, enquanto há enorme demanda por garantias de crédito para as MPes (algo constatado mesmo antes da crise).

O Ministério da Economia prepara também medidas mais amplas do que as voltadas a MPes.

Em geral, o texto deve reunir uma série de iniciativas que vinham sido discutidas antes da crise e que, agora, estão sendo aceleradas pela urgência da situação do país.

Em uma das frentes, o governo deve ceder a um pedido da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) para abrir às instituições financeiras dados de renda, faturamento e empregos existentes em órgãos públicos. Haveria autorização prévia de cidadão ou empresas.

A legislação atual veda a divulgação, por parte da Fazenda ou de servidores, de informação sobre a situação econômica ou financeira de devedores ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

A justificativa nesse ponto é que bancos hoje têm dificuldade em obter informações cadastrais e financeiras confiáveis e que a medida simplifica a análise e reduz o risco de crédito.

Nesse ponto, o governo entende que a existência do seguro DPVAT já cobre danos a terceiros e que não é necessária tamanha interferência em negócios privados.

As ações estudadas pelo Ministério da Economia nesse caso seguem outros países que adotaram medidas de facilitação de crédito.

As iniciativas têm como objetivo mitigar os efeitos econômicos da restrição de circulação de pessoas e da queda da atividade no país.

A equipe econômica tenta, com isso, fornecer instrumentos de mitigação aos pequenos empresários, que devem estar entre os principais afetados pela queda no movimento.

Na avaliação do Ministério da Economia, a crise dilapida rapidamente a condição financeira dos microempreendedores. Com a MP, espera que haja uma maior taxa de sobrevivência das empresas e menor redução da destruição dos postos de trabalho.

Outras medidas anunciadas pela pasta preveem a movimentação de mais de R\$ 140 bilhões na economia.

Boa parte, R\$ 83,4 bilhões, serão direcionados para a população mais idosa. Estão previstas ainda ações como transferência de recursos do PIS/Pasep para o FGTS para permitir novos saques.

Maia propõe ‘orçamento de guerra’ na crise

Maia defende que gastos com a crise sejam segregados _

O Globo · 25 março 2020 · BRUNO GÓES, NATÁLIA PORTINARI, ISABELLA MACEDO E THAIS ARBEX economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA per capita

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende um “orçamento de guerra” que separe os gastos com a crise. O objetivo é evitar que o aumento de despesas afete as contas públicas do próximo ano. Em outra ação, parlamentares devem votar hoje o auxílio a trabalhadores informais.

Enquanto o Palácio do Planalto e a equipe econômica ainda preparam um novo texto da medida provisória (MP) que altera as regras trabalhistas, parlamentares negociam a votação de uma série de propostas de impacto econômico e fiscal para enfrentar a crise do coronavírus. Hoje, uma das iniciativas que irão a plenário será o auxílio de R \$200 a trabalhadores informais. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tenta articular a criação de um “orçamento de guerra” — nome dado por ele a um conjunto de despesas emergenciais que seriam adotadas neste momento.

O objetivo é evitar que o Orçamento de 2021 seja contaminado pelo aumento de gastos, de forma a não repetir o que se passou em outras crises, quando o gasto emergencial se tornou duradouro. A ideia é que esse dinheiro não seja vinculado às despesas do Orçamento fiscal e de Seguridade Social.

Na segunda-feira, o presidente Jair Bolsonaro recuou em relação à medida provisória que permitia a suspensão por quatro meses do contrato de trabalhadores sem o pagamento de salários. Um novo texto ainda estava sendo elaborado pela equipe econômica. Paralelamente, congressistas já começaram a listar propostas em diversas áreas.

Maia chegou a sinalizar que colocaria em votação, nesta semana, a proposta que cria o novo Orçamento. O texto da medida, entretanto, ainda não foi finalizado e gera discordâncias no parlamento. Em entrevista ontem à GloboNews, o presidente da Câmara indicou que o projeto, uma emenda à Constituição, pode impedir o “impacto de médio e longo prazos no aumento de despesa”, mas ainda não está claro como isso vai acontecer.

DESBUROCRATIZAR VERBA

O presidente da Câmara explicou que o objetivo é evitar que a crise atual contamine a execução orçamentária dos próximos anos, mantendo assim a disciplina fiscal e a política de tetos de gastos, que limita o crescimento das despesas da União:

—Não vamos contaminar o Orçamento futuro. O aumento do endividamento nesse momento é para enfrentar a crise, não para comprometer o futuro. Quando voltarmos à pauta, voltaremos à reestruturação do Estado brasileiro — disse Maia à Globo News.

Um dos objetivos desse novo modelo de orçamento, por outro lado, é desburocratizar a liberação de verbas emergenciais e estipular prazos para a análise de contas,

afirmou Maia. Ele destacou que a crise exigirá a colaboração de todos:

—A realidade de ontem não será a de amanhã. Todos precisam se readequar. No setor privado, a gente vê com mais nitidez, mas, no setor público, todos os entes da federação vão ter de se readequar, caso contrário não terá como pagar salário nem manter os três Poderes funcionando. Não podemos deixar que essas despesas que estão crescendo agora se tornem permanentes, temos de garantir as vidas, os empregos e cuidar dos mais vulneráveis. Sempre segregando essas despesas do Orçamento de 2020.

Perguntado pelo GLOBO se esse novo orçamento não será levado em conta para a projeção e cumprimento das metas fiscais dos próximos anos, Maia não respondeu. Sobre se esses recursos seriam constituídos apenas por emissão de dívida, ele avisou que a redação do texto não estava pronta.

A emenda causou insatisfação no Centrão. Integrantes do grupo argumentaram que falta clareza sobre a medida. Segundo relatos, na manhã de ontem, líderes trocaram mensagens em um grupo do qual Maia também faz parte, manifestando a contrariedade. A iniciativa, no entanto, conta com apoio no Tribunal de Contas da União (TCU).

“Não vamos contaminar o Orçamento futuro. O aumento do endividamento nesse momento é para enfrentar a crise, não para comprometer o futuro. Quando voltarmos à pauta, voltaremos à reestruturação do Estado brasileiro”

“A realidade de ontem não será a de amanhã. Todos precisam se readequar. No setor privado, a gente vê com mais nitidez, mas, no setor público, todos os entes da federação vão ter de se readequar, caso contrário não terá como pagar salário nem manter os três Poderes funcionando”

REDUÇÃO SALARIAL

Líderes se incomodaram, nos últimos dias, com a forma com que Maia vem conduzindo a crise do coronavírus. A percepção é que ele tomou medidas e deu declarações sem discutilas com seus interlocutores habituais.

Em entrevistas recentes, Maia sugeriu o uso do fundo partidário e eleitoral para combater o coronavírus e até o corte de salário de parlamentares, irritando seus colegas. Ontem, na GloboNews, voltou a defender a redução salarial em todos os Poderes:

— Todos os Poderes precisam contribuir, inclusive deputados, juízes, fiscais de renda, todos os servidores.

A avaliação de líderes é a de

que não há empecilho para destinar os fundos partidários para ações contra a crise epidemiológica, desde que as eleições deste ano sejam adiadas, como chegou a propor o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Prevista para hoje está a votação de um projeto de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), que institui um benefício de R\$ 200 mensais aos trabalhadores informais, desde que a sua renda familiar mensal per capita seja de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total se jada até três salários mínimos. O benefício seria restrito a duas pessoas por família.

AJUDA AOS ESTADOS

O presidente da Câmara também afirmou que pretende votar, nos próximos dias, o Plano Mansueto, que prevê ajuda federal aos estados que se comprometam em realizar ajustes fis-

cais. Maia afirmou que quer votara proposta até sexta-feira e que o próprio secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, havia mandado mensagem a ele pedindo mais 48 horas para fechar o texto com o relator da proposta na Câmara, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ). Há ainda medidas para evitar o crescimento do desemprego. O DEM, por exemplo, articula uma proposta que libera verba do seguro-desemprego para empresários que fecharem as portas.

—Para empresas que fecharam, para não demitirem, o governo anteciparia o custo do seguro-desemprego, bancaria esses salários e evitaria a demissão. Por outro lado, quando estado de calamidade, a retomada desse vínculo fosse muito mais rápida e menos burocrática — disse o líder do partido, Efraim Filho (PB).

Outra proposta, apoiada por Solidariedade, PSD e PL, é estender o estado de calamidade no Brasil para estados e municípios. Na semana passada, o Congresso aprovou um projeto que decreta calamidade na esfera federal. Com essa aprovação, o Executivo pode descumprir meta fiscal nos gastos relacionados à pandemia, mas ainda há uma série de restrições.

Há um projeto elaborado pela Frente Parlamentar de Comércio e Serviços. A ideia é criar linhas de crédito desburocratizadas para micro e pequenas empresas.

Já o líder do PL, Wellington Roberto (PB), tem trabalhado em prol de um projeto que determina o empréstimo compulsório de R\$ 80 bilhões de empresas ao governo para combater a crise. Maia é contrário à proposta. Republicanos, Solidariedade, PP e PC do B já aderiram, no entanto. Ontem, o Senado aprovou a medida provisória conhecida como “MP do Contribuinte Legal”, de renegociação de dívidas tributárias com a União. As novas regras preveem descontos de até 70% e parcelamento em 145 meses. O texto segue agora para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados

Suspensão temporária de contratos será mantida

Novo texto da medida provisória, porém, vai exigir que empregador negocie algum auxílio com o funcionário, além de prever antecipação do pagamento do seguro-desemprego. Benefício deve atingir quem recebe até 3 mínimos

O Globo · 25 março 2020 · GERALDA DOCA, CÁSSIA ALMEIDA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Depois da confusão em torno da medida provisória (MP) 927, que autorizava empresas a suspenderem contratos de trabalho sem garantir pagamento a trabalhadores, técnicos da equipe econômica fecharam ontem uma nova proposta. Segundo fontes a par das discussões, o novo texto ainda vai permitir a suspensão temporária de contratos, mas exigirá que o empregador negocie algum auxílio com o funcionário. A medida também deixará claro qual será a contrapartida do governo, incluindo a permissão de antecipação do seguro-desemprego.



A MP 927 foi editada na noite de domingo, mas causou reação negativa ao prever a possibilidade do chamado

lay-off —espécie de folga não remunerada, em que o trabalhador faz cursos de qualificação — sem indicar fontes de compensação. O artigo que tratava disso foi revogado na noite de ontem pelo presidente Jair Bolsonaro.

BOLSONARO ELOGIA GUEDES

O objetivo da medida é aliviar o caixa das empresas, afetadas pela crise do coronavírus. A orientação de Bolsonaro ao ministro da Economia, Paulo Guedes, foi reescrever a MP, para que fique claro que haveria uma compensação. Ontem, o presidente publicou em redes sociais um afago a Guedes: “Mais que um posto Ipiranga, um amigo, um irmão para as horas difíceis.”

A nova versão do texto, que deve ser apresentada entre hoje e amanhã, trará ao menos duas formas de poupar empregadores. Uma será a suspensão do contrato de trabalho por até dois meses, semelhante à prevista na MP 927, voltada a empresas obrigadas a parar na pandemia. A diferença será a previsão clara de compensação. O governo entrará com ao menos R\$ 15 bi-

lhões para cobrir parte das perdas salariais. Bolsonaro teria pedido que nenhum trabalhador ficasse desamparado, segundo um técnico envolvido nas discussões.

Outra forma de flexibilização será a redução de jornada e salário por até três meses, que já havia sido anunciada pelo governo semana passada mas não constava da MP 927. Isso valerá para empresas que tiverem de reduzir o ritmo de operações. O corte pode chegar a 67% da remuneração e da carga horária.

Guedes chegou a dizer ao GLOBO que haveria a possibilidade de dar tratamento diferenciado a setores mais afetados pela crise, mas essa ideia perdeu força.

A compensação se dará por meio da antecipação de parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito caso fosse demitido. Hoje, o benefício varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03. Quanto maior o corte salarial, maior será a compensação bancada pelo governo. O auxílio será devido a quem recebe até três salários mínimos (R\$ 3.135) — faixa que abrange cerca de 70% dos trabalhadores formais, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

NÃO É DOENÇA DO TRABALHO

A equipe tomou o cuidado de não repetir o conceito de layoff na nova MP. Não haverá, por exemplo, referência a cursos de qualificação.

Apesar da revogação do artigo sobre suspensão de contratos, a MP 927 segue em vigor. Outro artigo, o 29, determina que a Covid-19 não será considerada doença do trabalho, a não ser que a pessoa comprove ter contraído o vírus na empresa. A licença médica ocupacional garante estabilidade de 12 meses após a volta ao trabalho, e o patrão tem de continuar depositando o FGTS. Isso não ocorre em casos de doença comum.

— Não dá para saber hoje onde se contraiu a doença —ressalta a advogada trabalhista Juliana Bracks.

Bolsa de Nova York registra maior alta desde 1933

Com expectativa de aprovação de pacote de estímulo de US\$ 2 tri, Dow Jones salta 11,37%. Ibovespa avança 9,69%

O Globo · 25 março 2020 · GABRIEL MARTINS E PAOLA DE ORTE* economia@oglobo.com.br RIO E WASHINGTON

A expectativa dos investidores em torno da aprovação de um pacote de estímulo de US\$ 2 trilhões nos Estados Unidos fez com que o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, registrasse sua maior alta desde 1933: 11,37%. No Brasil, o Ibovespa encerrou com valorização de 9,69%, aos 69.729 pontos.



Pela manhã, a presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Nancy Pelosi, afirmou, em entrevista à rede CNBC, haver um “otimismo real” sobre o pacote e que era possível “ter algo aprovado nas próximas horas”.

O S&P 500 fechou em alta de 9,38%, enquanto a Bolsa eletrônica Nasdaq avançou 8,12%. No mercado de câmbio brasileiro, o dólar comercial caiu 1,05%, a R\$ 5,081.

O pacote incluirá uma série de medidas voltadas para a ajuda aos trabalhadores desempregados, profissionais liberais e pequenos e médios negócios, não apenas a grandes corporações, em uma abordagem que pretende se diferenciar da adotada na crise de 2008.

— Este pacote será o maior programa de assistência a pequenas e médias empresas na História dos Estados Unidos — afirmou o diretor do Conselho Econômico Nacional, Larry Kudlow. Democratas e republicanos ainda tentam chegar a um acordo, mas um ponto parece pacífico: fazer pagar diretamente mais de US\$ 1 mil aos americanos. O pagamento seria feito de uma única vez, e casais receberiam por pessoa, com um adicional de US\$ 500 por criança.

Os republicanos propõem distribuir US\$ 1.200 a cada americano — uma família de quatro pessoas receberia US\$ 3 mil. Já os democratas defendem US\$ 1.500 por pessoa, chegando a US\$ 7 mil para uma família de cinco.

Está prevista a ampliação do acesso ao seguro-desemprego. Os democratas querem US\$ 600 por semana, que seriam estendidos a profissionais liberais e freelancers, além do valor já pago pelos estados.

—O governo federal irá pagar o seu salário por quatro meses — disse o líder democrata no Senado, Chuck Schumer.

Há medidas ainda para os setores de saúde e turismo.

—Mas, se as economias ficar emparadas por mais de dois meses, podem até jogar dinheiro de helicóptero: não haverá estímulo que segure as fortes quedas —alertou Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos.

*Especial para O GLOBO

‘Primeiro tem que preservar a vida, depois a economia’

Meirelles defende uma ampla coordenação nacional, em três eixos; saúde, economia e abastecimento

Por **Malu Delgado** — De São Paulo

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





O ex-ministro da Fazenda e presidente do BC Henrique Meirelles: “Os gastos públicos agora são absolutamente necessários”

Não foram poucas as crises que Henrique Meirelles administrou, ou à frente do Banco Central, ou à frente do Ministério da Fazenda. Como secretário da Fazenda do maior Estado do Brasil, Henrique Meirelles tem trabalhado cerca de 18 horas por dia. Em entrevista ao **Valor**, por videoconferência, via Skype, ele nega que a tese do Estado mínimo tenha caído por terra e defende a necessidade de manutenção da austeridade fiscal e do teto e gastos. Porém, o também liberal, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma sem titubear que a prioridade, agora, é a crise de saúde pública e a preservação de vidas. Por isso, o governo federal precisa, sim, aumentar gastos, investir o colchão do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Meirelles defende uma ampla coordenação nacional, em três eixos; saúde, economia e abastecimento. Cabe a Jair Bolsonaro fazer essa coordenação, o que ainda não ocorreu, reconhece Meirelles. O secretário tem participado de reuniões frenéticas, com todos os titulares da Fazenda estaduais, e está sendo definida a regra de distribuição dos recursos federais, para se evitar guerra fiscal e confrontos. Estamos todos no mesmo barco, sustenta. O governo, prega, tem que pagar salários de trabalhadores formais e, no caso dos informais, deve dar um auxílio mensal. Os vulneráveis precisam da rede de proteção social, aos moldes do Bolsa Família, com pagamento mensal. São situações distintas e é preciso que o governo enderece cada uma delas com o diagnóstico correto, números transparentes e ações eficazes.

“

Medidas específicas para problemas específicos. Não podemos colocar tudo na mesma nuvem e dando tiros às cegas”

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Nesta crise da covid-19, sem precedentes, o governo federal e a autoridade monetária estão tomando medidas corretas?*

Henrique Meirelles: As medidas estão na direção correta. Tem que ser providenciado o aumento de liquidez da economia, aumento do direcionamento do crédito. E o governo federal deve entrar na parte do emprego e assistência social, manutenção dos trabalhadores que estão em inatividade. A parte de aporte de recursos aos Estados é crucial. O governo central tem o Banco Central e provê liquidez e recursos para a economia, controlando a moeda, o que é fundamental num momento como esse, como mostraram as crises de 2003 e 2008. Em 2008 identificamos a causa da crise e qual o canal de transmissão. Quando houve o colapso de linhas de crédito para o Brasil, o BC entrou na fonte do problema. E aí tem que ser forte o suficiente, e ancorado na realidade. Entro nesta questão técnica só para mostrar que tem que se identificar a raiz do problema. Não adianta anunciar só um pacote de medidas. Agora, a raiz da crise é um vírus, uma doença que, em última análise incapacita as pessoas. Quais as consequências disso? Canal o canal de transmissão para a economia? Há dois. Primeiro, as pessoas que param de trabalhar. Segundo, medidas preventivas corretas, porque a prioridade agora é salvar vidas, aconselham as pessoas - ou determinam - a não saírem de casa. Isso gera um impacto brutal na economia, evidente. Temos a causa, o coronavírus, e temos a consequência, que as pessoas e os governos têm que proteger as vidas. Vamos pagar um preço econômico.

Valor: *O sr. está enfatizando a necessidade de diagnóstico correto. Há uma sensação de ruídos na equipe econômica, os Estados não sabem como será operacionalizada essa ajuda financeira.*

Meirelles: Não há dúvida de que temos um problema. A sociedade e os agentes econômicos estão com muitas dúvidas. Isso é um fato. De fato é uma avaliação de medidas muito difíceis, porque a causa é um vírus. Todos os países estão lidando com isso gradualmente, na medida em que começa a ficar claro, para as diversas autoridades, qual impacto está acontecendo. Evidentemente é necessário, sim, que haja uma coordenação, e grande, do governo nessas duas questões. Temos um problema de saúde e temos um problema de impacto econômico. As duas coisas são gravíssimas, porque a pessoa pode morrer de doença, mas também de fome. São problemas relacionados. Fome causada por desemprego e falta de salário: aí

vem a medida dos R\$ 200, etc., ajuda do governo. Mas além disso você pode ainda ter uma crise num terceiro fator: abastecimento. Então temos que ter conjugação de comunicação muito clara entre as autoridades da saúde, as autoridades de economia e aquelas de abastecimento. É tudo muito novo, é preciso que haja essa ação com o anúncio. O anúncio precisa ser forte sim, mas precisa estar ancorado numa ação muito eficaz, para inspirar confiança. Não adiantam só frases fortes ou volumes de dinheiro, se eles não atuam na causa do problema. Usando a analogia da doença: tem que diagnosticar bem e usar o remédio certo.

Valor: *Sua percepção é de que essas interligações, dos problemas de saúde e da economia, está afinada?*

Meirelles: Precisa integração melhor das três áreas: saúde, economia e abastecimento. Tem que ter uma coordenação central destas três áreas. Exemplo: está faltando máscara nas farmácias. Mas a fábrica de máscara está produzindo. Onde está o problema? Tem que identificar. São problemas de abastecimento. Isso tudo tem que ser assegurado e tem que haver uma comunicação centralizada. É preciso mostrar que, de um lado, a doença está sendo prevenida, com isolamentos, e que o abastecimento estará garantido. E que existem recursos para as pessoas e empresas sobreviverem. Essa visão tem que ser clara, coordenada.

Valor: *O presidente Jair Bolsonaro bateu cabeça com governadores, apostou no confronto. É ele quem deve liderar o país no enfrentamento do coronavírus?*

Meirelles: Compete ao presidente da República fazer essa coordenação, é a função básica, definida pela Constituição. Estamos falando da área econômica, da área de saúde e da área de abastecimento. E do governo federal em seu conjunto, com os Estados. Isso não vai se conseguir com confronto. Essa é a pior coisa que poderia acontecer neste momento. Existe uma coisa muito superior a divergências de opiniões, interesses pessoais e conflitos políticos, que se chama saúde pública. Preservar a vida da população brasileira e, em seguida, preservar a economia. Isso deve se prevalecer no momento, em qualquer momento, e particularmente num momento de crise. É crucial.

Valor: *O presidente está exercendo esse papel?*

Meirelles: Digamos que ainda não exerceu. Mudou de atitude, já diminuiu o confronto. Acho que ele tem que assumir sim um papel de coordenação e ponderação, trazendo todos para trabalhar na mesma direção e em conjunto. Essa coordenação é fundamental. Estamos todos no mesmo barco.

Valor: *O momento é totalmente atípico. Em 2016 o sr. foi o grande articulador da PEC do teto de gastos. Esses paradigmas estão caindo por terra? A austeridade fiscal está sendo testada?*

Meirelles: O teto de gastos é fundamental e salvou o Brasil do colapso econômico em 2016. A continuação do teto foi fundamental e voltará a ser no futuro. Agora estamos vivendo uma crise de saúde, abastecimento e colapsos da economia como consequências. O próprio teto já prevê exceções, como no caso de calamidade, que estão sendo acionadas. Portanto, este não é um problema no momento. Agora a economia precisa de liquidez, o Banco Central tem que tomar as providências, como está fazendo. A melhor maneira de preservar o mundo, neste momento, é preservar a vida da humanidade, das pessoas, de cada um. Inclusive para que, na saída da crise, as pessoas possam trabalhar, produzir, se sustentar, sustentar as famílias e a economia voltar a funcionar. A arrecadação está caindo, inevitável, e tem que se procurar mitigar isso. De novo: qual a causa do problema? Em 2016 era o colapso fiscal do governo federal. Isso voltará a ser problema importante no futuro. Hoje, é preservar a vida das pessoas. A crise é de saúde, com consequência grave na economia. Temos que manter a economia preservada, com funcionamento básico e para isso são necessários recursos públicos. E temos que preparar a saída da crise.

Valor: *Como?*

Meirelles: Há um custo enorme e dramático, dependendo da abordagem de cada país. Não podemos sair de uma crise de saúde, gravíssima e voltar para uma crise fiscal em seguida. Os gastos públicos agora são absolutamente necessários. A crise é de preservação da vida. No segundo momento, temos que retomar a produção e para isso será necessária a autoridade fiscal para não fazer com que o país seja conduzido de volta a recessão, novamente por razões fiscais.

Valor: *Houve polêmica sobre a medida provisória do governo federal com a possibilidade de suspensão de contratos de trabalho por quatro meses, sem*

contrapartida da União. Qual gasto público deveria atuar aqui?

Meirelles: Tem que separar: medidas específicas para problemas específicos. Não podemos colocar tudo na mesma nuvem e dando tiros às cegas. Temos as pessoas que trabalham de maneira informal. Como atender? Claramente tem que ser a rede de proteção social, já temos uma estrutura básica no Brasil, com o Bolsa Família e outros programas sociais. Isso tem que ser estendido de maneira prática para situações de emergência para todo o mercado informal do país. Ou para as pessoas que vão perder totalmente a sua fonte de receita, os pequenos e microempreendedores, etc. Esse é um foco. Outra frente são os empregos formais, e aí veio a controversa da MP: as pessoas que vão perder os empregos, porque a renda das empresas cai, o movimento cai e ela precisa de menos trabalhadores. Aí cada país endereça isso à sua maneira. Temos que conjugar a preservação do emprego, do ponto de vista do trabalhador, assegurando a ele que continue tendo emprego formal como fonte de rendimento. E temos que preservar, ao mesmo tempo, a empresa, para que não entre em insolvência por causa da crise. São duas pontas. Temos que preservar a estrutura produtiva do país para, na saída da crise, ela não estar destruída, como na Segunda Guerra. Muitos dizem: precisamos de Plano Marshall para o Brasil. Perfeito. Mas se esquecem que era os EUA, com uma economia preservada e robustecida pela guerra, tiveram recursos suficientes para o plano. No caso do Brasil não teremos isso, porque o mundo inteiro está enfrentando a mesma crise. Hoje tem uma questão de governo que intervém, aumentando o gastos públicos. Num segundo momento precisaremos ter a economia funcionando em pleno vapor. Nesta ordem: primeiro a vida da população, em segundo a renda das pessoas, e terceiro a sobrevivência das empresas e preparação da economia para o pós-crise.

Valor: *Qual a linha de crédito que estará disponível para os micro e pequenos empresários em SP, e que montante equivalente o sr. acha necessário no governo federal?*

Meirelles: Estamos trabalhando intensamente nisso. Prevê-se que o Estado deve conseguir, além de recursos do próprio Tesouro, recursos do Banco Mundial, de agências de fomento, do BNDES, e também agências francesa e alemã, linhas de crédito estimadas acima de R\$ 2,5i bilhões. No governo federal é diferente. O Tesouro pode emitir títulos de dívida, o governo pode aumentar suas despesas, seja

pelos bancos oficiais e também pelo BNDES. Temos que ter a atuação mais forte e específica do BNDES e dos bancos oficiais para o financiamento de pessoas, pequenas e médias empresas. No caso de pessoas, é para a atividade econômica, porque para o seu sustento elas têm que receber recursos de aporte direto da União, a fundo perdido. São questões muito diferentes.

Valor: *O sr. sugere um valor, um seguro compatível para os vulneráveis neste momento?*

Meirelles: Para os vulneráveis tem que ser um recurso na estrutura do Bolsa Família, algo mensal. Idealmente, que possa ser um valor superior ao BF para o desassistidos. O problema é se coloca tudo na mesma coisa. Se coloca isso para os que estão fora do mercado do trabalho, para os que estão dentro do mercado de trabalho e perdem o emprego, que é outra coisa. Temos que garantir a manutenção de empregos de todos os que estão empregados e temos que garantir que todos do mercado informal tenham garantias mínimas. Para os empregados, a manutenção do salário. Para os que tem pequena ou média empresa, programas específicos de financiamento. E os que devem ter auxílio mensal, rede de proteção social. Uma coisa é redução temporária com redução de salário. Outra coisa é saída temporária sem salário. Aí de fato o governo precisa assegurar.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Liberado pela Anvisa, tônico contra calvície que usa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

11 Piores alimentos para artrite
HEALTH & HUMAN RESEARCH

Bolsonaro ataca governadores e pede 'volta à normalidade'

Presidente tem reunião marcada para amanhã com Doria, Witzel, Casagrande e Zema

Por Fabio Murakawa, Andrea Jubé e Matheus Schuch — De Brasília

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



O presidente Jair Bolsonaro voltou a falar ontem em “pânico” e “histeria” sobre o combate à epidemia do coronavírus no Brasil, em postura criticada no início da crise, e retomou os ataques aos governadores, num momento em que busca afinar a relação com os gestores estaduais. Em um duro pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, ele defendeu o retorno à normalidade, criticou medidas de isolamento e assegurou que a crise passará “em breve”.

O **Valor** apurou que o texto não foi discutido com nenhum ministro palaciano e foi na contramão de uma tentativa de auxiliares de preservar a imagem presidencial, arranhada pela condução controvertida da crise. O tom adotado no pronunciamento foi discutido com o chamado “gabinete do ódio”, composto por aliados do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ).

O presidente retomou termos como “pânico” e “histeria” para se referir à pandemia da covid-19, e voltou a criticar os governadores: “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada.”

Sem defender as ações de isolamento, ressaltou que “a vida tem que continuar, os empregos devem ser mantidos e o sustento da família preservado”. Criticou o fechamento de escolas, alegando que “a maior parte das vítimas tem mais de 60 anos”.

Durante o pronunciamento, houve nova rodada de painelaços em várias capitais. Bolsonaro permitiu-se uma dose de ironia, ao afirmar que se tivesse sido contaminado, não teria que se preocupar devido ao seu “histórico de atleta”.

A manifestação que não ajuda no diálogo com os governadores ocorreu num dia dramático, em que circularam rumores da saída do ministro Paulo Guedes. Bolsonaro foi às redes defender o ministro. “Mais que um posto Ipiranga, um amigo, um irmão para as horas difíceis”, registrou o presidente em sua conta no Facebook, postando uma foto em que aparecem lado a lado fazendo sinal de “positivo”.

Guedes participou ontem das teleconferências com os governadores das Regiões Sul e Centro-Oeste, ao lado dos ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e do vice-presidente Hamilton Mourão. Hoje Bolsonaro finaliza a rodada com os governadores da Região Sudeste.

Na conversa com os governadores do Sul, Guedes afirmou que o ajuste fiscal, a redução do comprometimento da receita com juros da dívida e a aprovação de reformas contribuiriam para que a União tenha hoje mais condições de direcionar recursos para o combate da crise, relatou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

O tucano considerou “insuficiente” o pacote de R\$ 88,2 bilhões anunciado na segunda-feira para socorrer os Estados nas crises de saúde e econômica e apresentou uma relação de propostas, como: a expansão da suspensão do pagamento das dívidas dos Estados com a União e de empréstimos contraídos com organismos internacionais; suspensão do pagamento de precatórios; e a suspensão de pagamento de impostos federais, como PIS/Pasep e contribuições ao INSS.

Segundo Leite, a suspensão temporária do pagamento da dívida do Estado com a União não muda a realidade, pois o Rio Grande do Sul já não vem pagando as parcelas, amparado em uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), pediu que o governo esclareça os critérios de distribuição dos R\$ 8 bilhões que serão destinados aos entes federados exclusivamente para ações na área de saúde. Segundo Ratinho Júnior, o governo teria feito um aceno positivo ao pleito de prorrogação do prazo para quitação das dívidas de precatórios. No ano passado, o Paraná pagou R\$ 1,7 bilhão em dívidas de precatório.

Já os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), ressaltaram que as medidas de recomposição dos fundos, como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atendem os Estados do Norte e Nordeste, mas não os da região central.

Rocha e Caiado pleitearam uma compensação ao governo federal pela queda de arrecadação no ICMS. Caiado disse que esse valor pode chegar a R\$ 4,6 bilhões até

dezembro.

Ibaneis disse ao **Valor** que Bolsonaro autorizou no encontro que o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia a fazer junto aos secretários de Fazenda dos Estados “um encaminhamento dessa questão”.

Outra demanda foi a aprovação de medidas que tramitam no Congresso, o pacto federativo e o Plano Mansueto, que implementa um novo programa de auxílio financeiro a Estados e municípios. **(Colaborou Lu Aiko Otta)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Camaçari

HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.

CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram

MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

DESCONTALIA

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Normalidade deve voltar em sete meses, diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

Empresas voltam aos bancos com mercado de capitais sob pressão

VALOR INVESTE

Governo zera IPI de álcool gel, máscaras e outros itens

Consumo de combustíveis sente efeitos e sinaliza queda

Expectativa do setor é de redução de 10% a 20% nas vendas já em março

Por **André Ramalho** — Do Rio

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

As medidas de isolamento social, adotadas pelas autoridades públicas na tentativa de conter o avanço da covid-19, já estão sendo sentidas pelo mercado de combustíveis. A Fecombustíveis, entidade que representa os revendedores, destaca que houve uma queda expressiva no consumo durante o último fim de semana e que os postos devem fechar março com uma redução de 10% a 20% nas vendas. A expectativa é que abril seja ainda pior, se as restrições à circulação de pessoas continuarem.

O Sindicom, representante das distribuidoras, estima que, enquanto durarem as medidas de emergência, o consumo deve cair entre 30% e 50% em relação à média de vendas anterior à chegada do novo coronavírus ao país - a depender da região e das restrições impostas em cada uma delas. A queda do volume vendido em todo o país no sábado - dia usualmente mais movimentado nos postos - foi da ordem de 30% em relação ao patamar de um mês atrás, segundo a Fecombustíveis. No domingo, o recuo foi de 40%.

A medida que as vendas caem, as receitas das companhias vão se deteriorando. Um executivo de uma distribuidora afirmou, em condição de anonimato, que o faturamento da empresa em março já é 45% menor no Rio e em São Paulo, ante fevereiro. Mesmo no Centro-Oeste, mercado que sente menos os efeitos do

isolamento social nos grandes centros urbanos, a queda é de 20%. Nas lojas de conveniência, contudo, as receitas mantêm o crescimento, relata a fonte.

PUBLICIDADE

Os sinais de queda em março são uma má notícia para um mercado que já vinha dando sinais de desaceleração. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o consumo de combustíveis cresceu 1% em janeiro, depois de fechar 2019 com alta de 2,9%.

A BR Distribuidora informou na segunda-feira que as restrições à circulação de pessoas e redução das atividades industriais, comerciais e serviços deverão reduzir a demanda. Segundo a companhia, porém, ainda não é possível projetar seus efeitos e duração.

O enfraquecimento das vendas afeta, na ponta, os revendedores. Nesse sentido, a Raízen está lançando um pacote de medidas de apoio a sua rede de revendedores que pode trazer um impacto de liquidez da ordem de R\$ 500 milhões para a revenda. Dentre outras medidas, a empresa flexibilizará condições de pagamentos pelos revendedores e antecipará o repasse das receitas oriundas de pagamentos digitais, de 30 dias para dois dias. “Entendemos que o pior ainda está por vir e que pode vir a haver inadimplência. Por isso estamos nos antecipando”, disse o diretor de marketing da distribuidora, Marcelo Couto, ao **Valor**.

Questionado sobre os impactos da crise sobre os negócios da Raízen, ele preferiu não comentar sobre o assunto. Couto afirmou, contudo, que percebe algumas

mudanças no comportamento dos clientes nas últimas semanas. Nas lojas de conveniência, a empresa vem ajustando o mix de produtos para dar mais destaque, por exemplo, à venda de itens de higiene - produtos que não eram tão demandados anteriormente. Nos postos, chama atenção o aumento da compra por meio de aplicativo.

Sobre as lojas de conveniência, o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, afirma que o setor entende as restrições de circulação impostas pelas autoridades públicas como corretas, neste momento, mas que a decisão de algumas prefeituras de fecharem as lojas de conveniência é equivocada.

“Acreditamos que as lojas de conveniência possuem uma localização geográfica difusa e caracterizada pela baixa aglomeração. Poderiam ser canais para ampliar a venda de álcool em gel e alimentos, por exemplo”, concorda o secretário-executivo do Sindicom, Leonardo Zilio.

Miranda conta que vem buscando a interlocução com os governos na defesa de medidas para mitigar os impactos sobre o setor, como a postergação da cobrança de impostos. Ele também disse ver com bons olhos a sinalização do governo de que pode adotar a suplementação salarial para compensar parcialmente cortes de salários.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Família compra cachorro, mas quando o veterinário o vê, ele chama a polícia.
JUST PERFECT

LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a mulher de Galvão Bueno
GAME OF GLAM

Maia diz que proposta é prioritária

Maia quer votar também o Plano Mansueto

Por **Cristiane Agostine e Carolina Freitas** — De São Paulo

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Maia diz que se governo pode salvar bancos, poderá também salvar empregos — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende votar nesta semana a proposta que separa do Orçamento-Geral da União os gastos com o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. A proposta de emenda constitucional (PEC) do “Orçamento de guerra” está na pauta prioritária de hoje dos deputados, na primeira sessão remota da Câmara. Até sexta-feira, os parlamentares devem votar também o Plano Mansueto, projeto com medidas econômicas para socorrer Estados e municípios com dificuldades fiscais.

Ontem, Maia repetiu ao longo do dia, em entrevistas, que é preciso fazer a segregação para que o Orçamento de 2021 não seja contaminado pelos gastos deste ano, com a crise do coronavírus. O presidente da Câmara disse que o texto da PEC já está quase pronto e tem apoio da equipe econômica e de agentes econômicos que ele tem consultado. Segundo o parlamentar, o aumento do endividamento será para combater os efeitos da pandemia e não deve contaminar receitas e gastos futuros.

“Estamos vivendo uma guerra contra um vírus. Precisamos ter a certeza de segregar o orçamento, de não fazer como no passado, que contaminou o orçamento”, afirmou em entrevista à Globo News. Maia disse que não se pode deixar que as despesas que vão crescer agora sejam permanentes, mas sim transitórias. “Passando o pior momento, vamos continuar reorganizando a reforma administrativa, ter gastos de melhor qualidade, [fazer] a reforma tributária”.

Além da PEC do ‘Orçamento de guerra’, os deputados devem votar nos próximos dias o Plano Mansueto. O presidente da Câmara disse que ainda depende do aval do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, que tem negociado o Programa de Acompanhamento e Equilíbrio Fiscal com governadores e pediu mais tempo para fazer os últimos ajustes com o relator Pedro Paulo (DEM-RJ).

Maia afirmou ainda que a agenda da Câmara dos próximos 60 dias será para “garantir vidas, empregos e cuidar dos mais vulneráveis”. “Se o governo pode ser garantidor para salvar bancos, certamente pode ser também para salvar empregos”, disse.

Em entrevista ao apresentador José Luiz Datena, da Rádio Bandeirantes, Maia afirmou que poderá incluir na pauta da Câmara a proposta do governo federal que estabelece o pagamento de um voucher de R\$ 200 a trabalhadores informais. Esse valor, no entanto, deve ser alterado pela Câmara. Lideranças partidárias indicaram que devem ampliar o montante.

Segundo o parlamentar, hoje também poderão ser analisados um projeto que regula a telemedicina e outras propostas solicitadas por médicos para facilitar o trabalho dos profissionais que estejam na linha de frente do combate ao coronavírus.

Nas entrevistas à GloboNews e à Rádio Bandeirantes, o presidente da Câmara voltou a defender a redução de salários dos servidores dos três Poderes para ajudar a economia, incluindo os parlamentares. Maia disse que a população ficará empobrecida e afirmou que “todos devem contribuir”. O parlamentar disse que tem discutido uma proposta de corte salarial com partidos. “Todos sabem que haverá empobrecimento da população e que a renda será menor. Todos os poderes precisam contribuir, inclusive deputados, juízes, fiscais de renda. Todos terão que contribuir”, disse à GloboNews. (leia [PEC do ‘Orçamento de guerra’ prevê redução de parcela de remuneração](#)).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Marco Aurélio autoriza Estados a tomarem medidas contra covid-19

Ministro determinou ainda que, passada a fase crítica, a questão seja submetida ao plenário

Por Isadora Peron — De Brasília

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que, diante da atual pandemia do novo coronavírus, a Medida Provisória 926 não impede a capacidade de Estados e municípios adotarem regras restritivas. A decisão foi tomada em uma ação impetrada pelo PDT.

Em seu despacho, o ministro determinou ainda que, passada “a fase crítica ora existente”, a questão seja submetida ao plenário. O pedido foi atendido pelo presidente do STF, Dias Toffoli, que pautou a ação para 1º de abril, quando os ministros voltarão a se reunir pessoalmente para uma sessão de julgamentos

Na petição, o PDT argumentou que a Constituição estabelece que saúde é uma atribuição que deve ser compartilhada entre todos os entes federativos e que, portanto, a atuação para conter o coronavírus não poderia ser só do governo federal.

A MP, editada na sexta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro, foi vista como uma resposta a governantes que impuseram restrições à circulação de pessoas em rodovias e em aeroportos, entre eles os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio, Wilson Witzel (PSC).

O texto da MP afirmava que essas decisões eram de competência federal e deveriam obedecer critérios estabelecidos pelas agências reguladoras.

Para o ministro, porém, “o que nela [MP] se contém -- repita-se à exaustão - não afasta a competência concorrente, em termos de saúde, dos Estados e municípios”, disse.

Marco Aurélio afirmou ainda que, neste momento, “há de ter-se a visão voltada ao coletivo, ou seja, à saúde pública” e que “não se pode ver transgressão a preceito da Constituição Federal” nas providências tomadas por governadores e prefeitos.

No texto, Marco Aurélio também afirmou que a sua decisão não impedia a União de adotar as medidas que considerasse necessárias e elogiou a iniciativa do governo de editar a MP.

“Vê-se que a medida provisória, ante quadro revelador de urgência e necessidade de disciplina, foi editada com a finalidade de mitigar-se a crise internacional que chegou ao Brasil, muito embora no território brasileiro ainda esteja, segundo alguns técnicos, embrionária. Há de ter-se a visão voltada ao coletivo, ou seja, à saúde pública, mostrando-se interessados todos os cidadãos”, afirmou.

Como mostrou o **Valor** na edição de segunda-feira, a tendência é que os ministros do Supremo, ao se manifestarem sobre este embate federalista no plenário, levem em consideração o momento atual e que o debate sobre a constitucionalidade das medidas tomadas pelos governos estaduais seja avaliada dentro do “contexto” de crise causada pela propagação da doença.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

País pode gastar R\$ 120 bi com saúde e emprego, diz Guedes

Dinheiro foi economizado no ano passado com juro da dívida interna, afirma ministro da Economia

Por **Claudia Safatle** — De Brasília

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

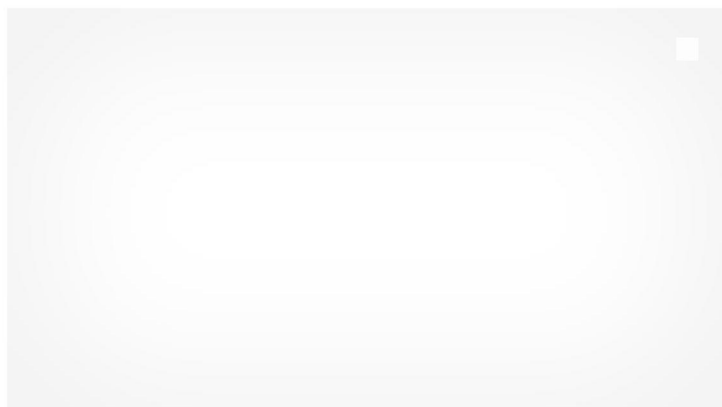
O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que poderá gastar os R\$ 120 bilhões que economizou com juros da dívida interna no ano passado com saúde, preservação de empregos e renda para os 38 milhões de trabalhadores informais existentes no país. Mas sublinhou que quanto maior for o aumento da despesa pública este ano, em função do combate ao coronavírus, “mais responsáveis teremos que ser com a aprovação das reformas estruturantes”. Para ele, “isso é um teorema”

As reformas estruturantes são a PEC do pacto federativo - cujos preceitos estão sendo turbinados na crise deste ano, o plano Mansueto, os gatilhos salariais descritos na PEC emergencial e, também, na do pacto federativo, que são de extrema relevância para conter o crescimento da folha de salários do setor público. Há outras medidas na lista do ministro como o marco regulatório do saneamento, cabotagem, setor elétrico e concessões, dentre outras, que serão cruciais para atrair investimentos estrangeiros no país quando o mundo vencer a covid-19.

Uma das medidas preconizadas pela PEC do pacto federativo é a criação do Conselho Fiscal da República. Esta é uma instância de convivência pacífica dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - “onde nenhum pode dar facada no outro”, comentou o ministro. Ele referia-se às últimas contendas envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, que apoiou as manifestações do dia 15 de março contra

Congresso e o STF. Em resposta o Congresso aprovou pauta-bomba e o ministro do Supremo, Alexandre Moraes, concedeu ao Estado de São Paulo o direito de não pagar, este ano, a dívida que tem com o Tesouro Nacional.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

As PECs são importantes, também, para evitar que os quase R\$ 89 bilhões de recursos da União para os Estados e municípios, se transformem em aumento de salários do funcionalismo estadual e local.

Ao sumir por um par de dias, Guedes suscitou especulações sobre um certo distanciamento do governo e até mesmo que estaria demissionário e em seu lugar assumiria o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

O ministro, que fez 70 anos e é parte do grupo de risco do coronavírus, decidiu, por recomendação do médico da família, entrar em home office.

Ele fez o teste e não está infectado pelo vírus, mas mesmo assim considerou que seria melhor trabalhar em casa, no Rio, do que em Brasília nesse momento.

Aliás, o hotel onde Guedes ficava na capital federal, está praticamente fechado por causa da covid-19. Ele contou que percebeu que o hotel havia entrado em colapso quando pediu um suco de laranja e o serviço de quarto ofereceu a ele, como alternativa, suco de abacaxi, pois não havia mais laranja.

Parar economia é equívoco, defende o presidente do BB

Rubem Novaes critica estratégia de combate a efeitos do vírus

Por **Fabio Graner e Lu Aiko Otta** — De Brasília

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 7 minutos



Rubem Novaes: "Aqueles que impedem a produção e o comércio serão responsabilizados pela depressão econômica"
— Foto: Claudio Belli/Valor

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, fez ontem uma dura crítica ao processo de paralisação da economia como estratégia para o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

“Aqueles que impedem a produção, o comércio e a circulação de mercadorias serão responsabilizados pela depressão econômica que estão causando. Não se pode resolver um problema criando outro ainda maior”, afirmou Novaes ao **Valor**, por meio de mensagem de celular.

- **Empresários discutem prazo do confinamento**

A fala foi feita em meio ao crescimento de movimento de empresários para se encurtar as políticas de isolamento e quarentena relativas ao coronavírus. Novaes não especificou quem seriam as pessoas a serem responsabilizadas e não deu sugestões alternativas, embora tenha ressaltado a necessidade de se adotar medidas de precaução e de proteção aos idosos.

Segundo o presidente da instituição financeira estatal, medidas restritivas “exageradas” devem levar ao fechamento de empresas e desemprego em larga, atingindo as camadas mais vulneráveis da população e podendo causar comoção social.

“Negar este lado da questão é um desserviço à nação brasileira. Devemos tomar todas as medidas sanitárias de precaução e proteger os idosos, mas não podemos parar a economia”, afirmou o presidente do BB.

Novaes é um dos integrantes do governo mais próximos do ministro da Economia, Paulo Guedes, que já declarou que, nesse ponto das medidas sobre o coronavírus, o ministério seguirá as orientações do Ministério da Saúde. O presidente do BB também é considerado um dos mais bolsonaristas integrantes do alto escalão da área econômica.

Apesar de defender que se siga o que for orientado pela Saúde, o próprio Guedes já havia demonstrado desconforto com a situação de forte redução das atividades. Em entrevista no início da semana passada, chegou a citar a Inglaterra como exemplo de ação. Os britânicos foram menos restritivos, mas desde o fim de semana têm intensificado as ações e determinado recolhimento amplo dos seus cidadãos.

Há na equipe econômica preocupação com um “lockdown” prolongado e as consequências de uma recessão profunda que se avizinha. O senador Major Olímpio (PSL-SP) no último fim de semana contou que Guedes mostrou a ele um desenho com dois tsunamis atingindo o Brasil: o coronavírus primeiro e depois a recessão.

O presidente Jair Bolsonaro também vem questionando fortemente alguns Estados, como São Paulo, considerando que tem havido exagero nas medidas.

No último fim de semana, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, expressou desconforto com as decisões isoladas tomadas por alguns Estados de fechar o comércio. “Não pode sair trancando banco”, disse, numa reunião com prefeitos, da qual participou o presidente Jair Bolsonaro. Ele acrescentou não ser possível haver medidas diferentes no país. “Tem coisas que vamos ter de regular”, afirmou na ocasião.

Ontem ele reforçou o tom de preocupação, mesmo mantendo a orientação para o isolamento. Segundo ele, governadores passaram do ponto e o “travamento” do país é “péssimo” para a saúde.

Apesar das críticas duras feitas pelo seu presidente, o BB tem participado da resposta do governo federal ao coronavírus. Como tem capital aberto e acionistas privados, a instituição tem atuado mantendo aberta suas linhas de crédito e aceitando o adiamento por 60 dias no pagamento das obrigações, mais alinhado com os bancos privados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Liberado pela Anvisa, tônico contra calvície que usa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.

PEC do ‘Orçamento de guerra’ prevê redução de parcela de remuneração

Servidores que receberem menos de R\$ 10 mil terão as remunerações preservadas

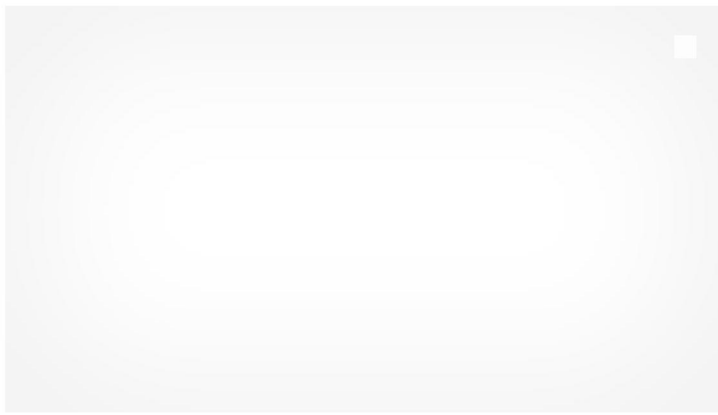
Por Ribamar Oliveira, Marcelo Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A proposta de emenda constitucional (PEC) que pretende instituir o “Orçamento de guerra”, em discussão no Congresso Nacional, prevê a redução em 30% da parcela da remuneração total que exceder a R\$ 10 mil dos servidores da União, dos Estados e dos municípios, bem como de suas autarquias, fundos, fundações e empresas estatais dependentes, de acordo com minuta a qual o **Valor** teve acesso.

Os servidores que receberem menos de R\$ 10 mil terão as remunerações preservadas. Se aprovada, a PEC passará a ser válida dois meses após a sua promulgação e a redução dos salários permanecerá vigente até o fim de 2024. A redução dos salários não valerá, no entanto para os servidores das áreas de saúde, para os policiais e militares e nem para os membros de poderes, como juízes e procuradores. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deseja que a medida atinja os parlamentares.

A proposta será discutida hoje pelos deputados, durante análise da PEC. Ela é uma das principais medidas do chamado “Orçamento de guerra”, que terá regras excepcionais também para contratação de trabalhadores da iniciativa privada e regras especiais para a contratação de serviços e compra de materiais, que valerão para todo o período em que estiver em vigência o estado de calamidade pública, decretado para combater os efeitos do coronavírus.



Ads by Teads

O objetivo da medida, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**, é reduzir as despesas com pessoal neste momento em que a União, os Estados e os municípios terão forte redução de receitas por causa do derretimento da economia provocado pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

Mesmo com o governo federal já tendo anunciado que vai destinar R\$ 16 bilhões aos Fundos de Participação dos Estados e dos municípios (FPE e FPM), o montante não será suficiente para compensar a queda esperada na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do ISS e dos royalties de petróleo. A ideia da PEC do “Orçamento de guerra” seria, portanto, antecipar alguns pontos da PEC emergencial, que está parada no Senado Federal.

Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu, em entrevista à Rádio Bandeirantes, que os três Poderes avaliem uma redução de até 20% dos salários dos servidores. O deputado destacou que a medida não atingiria servidores que ganham menos e os que estão diretamente envolvidos no combate ao coronavírus. Para ele, a iniciativa poderia representar um gesto simbólico para mostrar que todos estão unidos na superação da crise. Movimentos sociais e até mesmo parlamentares vem defendendo a medida publicamente nos últimos dias.

“Agora, os servidores públicos, seja aqueles concursados ou eleitos, todos têm uma estabilidade. Nesse momento, nada mais justo que a gente possa ir dialogando, sem parecer uma coisa oportunista. Aqueles que estão trabalhando de forma remota (por computador, pela internet), que podem dar uma colaboração, é importante”, afirmou Maia, acrescentando que os poderes deveriam avaliar a possibilidade nos próximos dias.

De acordo com o parlamentar, as remunerações a servidores dos três poderes somam aproximadamente R\$ 200 bilhões. Com a redução de 20%, a economia poderia chegar a R\$ 3,6 bilhões por mês. “Têm salários mais baixos, têm salários mais altos, acima da média dos 10% que ganham mais no Brasil. Então eu acho que a gente consegue uma economia, se você olhar uns R\$ 18 bilhões por mês, se você tirar 15% a 20%, você vai ter uma economia de três meses que ajuda”.

Alguns parlamentares, porém, defendem que a medida seja analisada em um projeto de lei “iniciado do zero e que seja restrito ao período da crise do coronavírus”. O temor seria que a PEC deixaria algum gargalo que permitiria o governo recorrer a essa situação em outro momento. Caso esse fosse o caminho escolhido, cada um dos poderes teria que enviar seu próprio texto para análise.

Segundo um técnico da área econômica, “não há viabilidade jurídica” para que a diminuição da jornada de trabalho do servidor público com redução salarial seja feita por projeto de lei ou medida provisória. Por enquanto, a equipe econômica trabalha com o cenário que isso seja implementado com a aprovação pelo Congresso das PECs 186 e 188 (Emergência Fiscal e Pacto Federativo). “Nossas propostas já estão lá”, explicou, uma fonte da área econômica. Um outro técnico reforçou que o assunto pode ser encaminhado com a aprovação da PEC da Emergência Fiscal. Essa fonte acredita que, se for tratar apenas da redução de jornada e do salário do servidor de forma temporária, a matéria poderia ser direcionada por PL. Mas isso se não houver possibilidade de aprovação da PEC.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram
MEDICAREGRANNY

Petróleo barato põe em xeque exploração no país

A desvalorização da commodity lança dúvidas se o ano que se desenhava promissor para a atividade de exploração no Brasil se confirmará

Por **André Ramalho e Rodrigo Polito** — Do Rio

25/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Queiroz, da UFRJ: “Em tempos de preços baixos, com caixas apertados, empresas freiam investimentos de custos mais altos” — Foto: Aline Massuca/Valor

Nos primeiros dias de março, duas petroleiras de tamanhos e perfis bem diferentes - a multinacional Shell e a pequena produtora brasileira Nova Petróleo - deram início às duas campanhas de exploração de óleo e gás mais recentes do país. Enquanto as brocas começavam os seus trabalhos, as companhias não imaginavam que, na semana seguinte ao início das perfurações, os preços do petróleo derreteriam praticamente pela metade, dos patamares até então em US\$ 50 para US\$ 27 na cotação de ontem. A desvalorização da commodity, agora, lança dúvidas se o ano que se desenhava promissor para a atividade de exploração no Brasil se confirmará.

Depois que as petroleiras desembolsaram R\$ 42 bilhões nos leilões de áreas exploratórias desde 2017, havia a expectativa de que a partir de 2020 as campanhas de perfuração se intensificariam, girando a roda da indústria de bens e serviços. Acontece que as perspectivas para a indústria petrolífera mudaram abruptamente.

Ao menos nove petroleiras que atuam no Brasil anunciaram, desde a semana passada, cortes nos investimentos e gastos. A lista inclui gigantes como a Shell, Total e Chevron; a Ecopetrol e Murphy Oil; e pequenas e médias companhias como a Geopark, Premier Oil, Maha Energy e a brasileira PetroRio. A consultoria Wood Mackenzie estima que os gastos globais do setor de exploração e produção podem cair mais de 25% em 2020.

PUBLICIDADE



Embora o Brasil seja prioritário para muitas petroleiras, o quadro não é otimista. A exploração costuma ser um dos primeiros itens da lista de cortes em tempos de crise. Resta saber se o país passará incólume. Enquanto algumas companhias já confirmaram o adiamento de perfurações no Brasil, como a PetroRio e a Maha Energy, outras mantêm os planos. A ExxonMobil, que espera começar a perfurar nas bacias de Santos, Campos e Sergipe a partir deste ano, informou que não há alterações nos planos para o Brasil. A Eneva, por sua vez, divulgou planos de perfurar sete poços em terra no país em 2020.

“A exploração no Brasil tende a sentir os efeitos da crise, sim. Em tempos de preços baixos, com caixas apertados, as empresas costumam frear investimentos com estruturas de custos mais altos. Embora o pré-sal seja extremamente produtivo, a perfuração de poços nessa região, em águas ultraprofundas, é cara”, comenta o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Hélder Queiroz.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, também acredita que a redução das atividades no mundo todo, inclusive no Brasil, será inevitável. “Mas a medida que os investimentos se recuperem, o pré-sal está muito bem posicionado entre as prioridades”, afirmou.

Principal vetor das atividades de exploração em mar, no Brasil, a Petrobras ainda não deu maiores detalhes sobre suas atividades. A empresa pediu a liberação de US\$ 8 bilhões em linhas de crédito compromissadas junto a bancos, para reforçar o caixa, e informou que está avaliando outras medidas que reforcem ainda mais seu fluxo de caixa, como a redução adicional de custos e otimizações de seu capital de giro.

O plano de negócios da Petrobras prevê oito perfurações no pré-sal neste ano - em 2019, ela fez perfurações offshore em quatro áreas. Questionada se manterá o programa, a estatal respondeu que é prematuro fazer projeções sobre eventuais impactos estruturais e perenes no mercado associados à recente e abrupta variação nos preços do petróleo. A companhia esclareceu que segue monitorando o mercado e implementando seu plano estratégico, “que a prepara para atuar com resiliência em cenários de preços baixos”.

Varejo decepciona antes mesmo de epidemia no país

Setor recua 1% em janeiro, e março pode ter queda recorde

Por **Bruno Villas Bôas e Ana Conceição** — Do Rio e de São Paulo

25/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas





Alberto Ramos, do Goldman Sachs: impacto no varejo deve ser severo — Foto: Claudio Belli/Valor

Mesmo antes dos impactos do novo coronavírus sobre atividade econômica, as vendas do varejo brasileiro mostravam perda de ímpeto no primeiro mês do ano, com o encarecimento de alimentos e certa acomodação do comércio de produtos da linha branca, mostram dados divulgados ontem pelo IBGE.

O desafio dos analistas continua sendo, porém, antecipar a intensidade dos impactos do coronavírus no varejo de março, considerando a quarentena das famílias e restrições à abertura de lojas pelos governos estaduais e prefeituras pelo país. A maioria fala em alta nas vendas de supermercados e farmácias, e catástrofe nos demais ramos do setor.

Desempenho do varejo

Antes do coronavírus, setor inicia ano com resu...

Variação das vendas do varejo ampliado, frente ao mês



Resultado por ramo - em %

	Jan/20 x Dez/19	Jan/20 x Jan/19	Em 12 meses
Varejo restrito	-1	1,3	1,8
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	-2,3	0,3
Hiper, supermercados, bebidas e fumo	-1,2	-2,8	0
3 - Tecidos, vestuário e calçados	1,3	4,2	0,5
Móveis e eletrodomésticos	-1,9	1,1	4,8
Artigos farmacêuticos e de perfumaria	0,1	7,1	6,8
Livros, jornais e papelaria	0,2	3,7	-16,6
Equip. para escritório, informática e comunicação	-1,6	-6,7	0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,2	7,6	6,2
Varejo ampliado	0,6	3,5	3,9
Veículos e motos, partes e peças	8,5	10,2	10,1
Material de construção	-0,1	2,5	4,3

Fonte: IBGE

Divulgada ontem, a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) mostrou queda de 1% da vendas do varejo restrito em janeiro, na comparação a dezembro, pela série com ajuste sazonal. O resultado ficou abaixo da mediana das expectativas de analistas ouvidos pelo Valor Data, de baixa de 0,4% no mês. Cinco das oito atividades tiveram queda no mês.

De acordo com analistas, o fator surpreendente na leitura foi a intensidade da queda das vendas de supermercados em janeiro, que ficaram 1,2% abaixo das de dezembro. A expectativa era que a moderação da inflação de alimentos no mês, após o choque das proteínas (maior demanda chinesa por carnes no fim do no passado), exercesse uma influência menos negativa. As vendas de combustíveis também pesaram, com retração de 1,4%.

Já o varejo ampliado - que inclui os oito ramos do varejo restrito, além do comércio de veículos e material de construção - surpreendeu ao crescer 0,6% no mês, acima da mediana das projeções do mercado, de baixa de 0,5%. Mas o efeito positivo foi concentrado na alta de 8,5% nas vendas de veículos e motos em janeiro, que contrariaram indicadores antecedentes.

Para o economista Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio do Ibre-FGV, o conjunto desses dados mostraram que o varejo iniciou o ano na mesma toada - fraca - em que estava na média de 2019. "Passado o efeito da liberação do FGTS, e do forte período de Black Friday, o conjunto do varejo voltou ao ritmo moderado em que estava", disse ele.

Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs, afirmou que quadro do início do ano era, assim de recuperação " moderadamente positiva" do consumo, baseada em inflação baixa, emprego crescente, crédito fluído e juros nas mínimas históricas. "Mas o resultado não é mais representativo do cenário da economia já que não captura a crise com a covid-19. Para frente, esperamos que o varejo seja severamente impactado".

Segundo analistas, os impactos do coronavírus vão aparecer nos resultados de março, a serem divulgados em meados de maio pelo IBGE. O isolamento das famílias e o fechamento de estabelecimentos prometem derrubar em 10% as vendas do varejo ampliado, na comparação com fevereiro, de acordo com estimativa preliminar de Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

"As vendas de supermercados vão até subir em março, com as pessoas antecipando compras, comendo mais em casa. Mas as vendas de veículos devem ceder bastante, com concessionárias fechadas. Outros setores também devem ter forte queda nas vendas no mês", disse Sanchez, que evitar projetar o desempenho do restante do ano. "Depende da curva do vírus."

Se confirmada, será a queda mais intensa da série histórica da PMC, iniciada em 2003. Até então, a queda mais forte havia sido em setembro de 2012 (-9,3%). Sanchez explica que sua previsão preliminar é baseada nos indicadores de alta frequência como o uso de cartão de crédito, consumo de energia pelas empresas do setor e vendas de veículos.

Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que o varejo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília sofreram perdas somadas de R\$ 25,3 bilhões apenas na segunda metade de março, após as restrições impostas pelos governos estaduais e prefeituras. As quatro regiões respondem por cerca de 52% das vendas gerais do setor.

“Projetar a gravidade e a extensão da atual crise sobre a economia e, mais especificamente, sobre o varejo esbarra na dificuldade de se estimar, neste momento, a magnitude da pandemia de coronavírus no país”, explicou Fabio Bentes, economista da CNC, que passou a descartar sua projeção anterior de crescimento de 3,5% das vendas do varejo restrito em 2020.

Mesmo após o fim das restrições, porém, a recuperação das vendas do varejo pode não ser imediata. “Com o aumento esperado do desemprego e da insegurança dos consumidores, categorias do varejo podem demorar a reagir mesmo depois que as restrições à circulação forem abrandadas pelas autoridades públicas e as lojas reabertas”, acredita a MCM Consultores.

Tobler, do Ibre/FGV, concorda que o primeiro semestre terá números negativos no setor, com destaque negativo para segmento de duráveis: linha branca, móveis, automóveis. Porém, o desempenho do ano permanece imprevisível. “Isso vai depender como se dará a retomada da atividade após a pandemia. É impossível calcular o impacto neste momento”, avalia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Liberado pela Anvisa, tônico contra calvície que usa células-tronco vira febre em Camaçari
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Elas foram nomeadas como "as mais bonitas do mundo" e agora elas cresceram
MEDICAREGRANNY

LINK PATROCINADO

Bahia: 30 cursos sem mensalidades para a população.
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

Bombeiro salva cachorros, mas depois ele vê que não são cachorros.
FACT AHEAD

por taboola

Leia em Valor Investe